

ATA DEGRAVADA DA 186ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos treze dias do mês de dezembro de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos
4 Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima octogésima sexta Plenária Ordinária do
5 CEAS, coordenada pelo vice-presidente Sr. Sérgio Sampaio, onde estavam presentes os
6 seguintes conselheiros titulares: Sérgio Sampaio Bezerra – Fed. Das APAES/MG, Adriana
7 Rocha – SEAPA, Shirley Aparecida Moreira da Silva – CMAS/Sarzedo, Marcos Vinícius Dias
8 Nunes – FETAEMG, Hermellis Messias Tirado de Campos – CMAS/São Franciscano de Paula,
9 Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Rodrigo dos Santos França – ASSPROM, Mila
10 Magalhães Ribeiro – SEPLAG, Guilhermina Torga – SEF; os conselheiros Suplentes: Isabela de
11 Vasconcelos Teixeira – SEDESE, Adriane Cristina Domiciani Resende Rosa – CRED. Os
12 convidados: Cristiano de Andrade – SEDETSE, Gisela Potero S Saldanha – MPMG, Sérgio
13 Rúbio – Vale, Rogério Melo Dolabella – Vale, Márlon S. Resende – Vale/Consórcio Candonga,
14 José Maria Carvalho – Consórcio Candonga, Rodrigo Cançado – MPMG, Sérgio Santos –
15 MPMG, Bruno Guerra de Oliveira – MPMG, Paulo César V. Lima – MPMG/CIMOS, Ana Cláudia
16 C. B. Rena – SEDESE. Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição,
17 Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria de Paula, Vera Lúcia e Maria Luiza de Carvalho. O
18 vice-presidente inicia a plenária: SÉRGIO – a Juanita não chegou ainda, pediu para a gente
19 começar, quando ela chegar ela assume! A primeira coisa do ponto de pauta é a justificativa de
20 ausência, temos a justificativa da Denise Cunha - CRESS, por motivo de trabalho, da Geisiane
21 Lima da Cáritas, também por motivo de trabalho, a Andréa Maria da SEDESE, por férias, Marcos
22 Vinicius por viagem, Júlio César porque terá que chegar à BH, domingo, para ir com a delegação
23 para a conferência. Então essas são as justificativas, por isso nosso quórum está baixo. O
24 terceiro ponto de pauta seria a apreciação da pauta, a inclusão de ponto e/ou informes. Alguém
25 teria algum ponto de pauta a incluir, algum informe? Não. Então, quinto seria a apreciação da ata
26 183 e 184, para quem estava na gestão anterior. Então só poderá votar quem estava na gestão
27 anterior. Então quantos aqui estavam na gestão anterior? É possível aprovar essa ata
28 Consolação com esse quórum. CONSOLAÇÃO – é possível porque estamos mandando para a
29 sociedade civil para aprovação, então estamos fazendo aqui para aqueles mesmos que estão
30 aqui no caso governamental ou da sociedade civil que estão à mesa. Volney e você Sérgio e o
31 restante vai ter um termo que leram que concordam se tem algum senão em relação a ata, é o
32 que foi possível fazer para agilizar essa questão. SÉRGIO – então daqui seria eu, Isabela e
33 Volney? Né então as atas foram enviadas para nós, vocês leram tem alguma observação? Tem
34 alguma complementação da ata? Então foi apreciada, está aprovado. Então agora, tem alguma
35 informe nosso. Há ta, outro ponto a ser incluído para a tarde é o ponto de discussão das
36 comissões, comissões ontem discutiram seu planejamento para o ano 2014 e não está incluído
37 na pauta de vocês e será incluído inclusive este ponto de pauta. Agora tem algum informe
38 porque o Ministério Público não chegou ainda? (falas ao fundo). Então vamos ter dois informes,
39 a primeira é que vamos tornar público à mesa diretora que foi eleita na assembleia anterior e a
40 gente vai tornar pública, e também a resolução que torna pública as deliberações da 10ª
41 conferência estadual de assistência social, que também vai ser publicada e vai ser encaminhada
42 para todo mundo depois. E aí a pauta seria o Ministério Público sobre a questão de Candonga,
43 não chegou e então vamos passar para o outro ponto de pauta que seria o processo de
44 recomposição do CEAS que a Consolação vai... CONSOLAÇÃO – como foi falado até na
45 plenária passada, na questão da posse dos conselheiros, o conselho permaneceu com vacância,
46 uma de titular em relação ao usuário, com relação a todas as suplências daqueles cargos que
47 foram eleitos nas representações, eleitas na conferência, salvo um suplente de trabalhador, que
48 inclusive é a Adriane que é conselho de economia doméstica, então é nós precisamos recompor
49 o conselho em todas essas vagas, e aí para fazer essa resolução só estou trazendo o que há de
50 novo, porque nós não vamos mudar critérios. Os critérios e as normativas elas permanecem,

51 igual ao que foi o primeiro processo. Se é uma entidade de assistência social, tem que ser uma
52 entidade de acordo com o que prevê as normativas e aí vou passar para vocês só as diferenças,
53 o que alterou em relação aquela resolução que todo mundo teve conhecimento, até mesmo
54 porque se forem falar da sociedade civil, vocês utilizaram para estarem aqui, e o governamental
55 porque aprovou em plenárias anteriores essa coordenação. Então a coordenação passa a ser da
56 mesa diretora, aí estão os cargos que eu já disse. Então eu tenho em todas as categorias, há de
57 ter recomposição de suplência, e titular apenas do usuário. E o que seria nós vamos ter uma
58 atividade de habilitação a partir do dia 20 de janeiro, a 21 de fevereiro, e precisamos de um
59 tempo de publicação do processo de recomposição, que a gente chama de publicização, por
60 isso, que ela sendo aprovado publicada tem que haver um tempinho de no mínimo 30 dias, vai
61 dá um pouquinho mais da publicação até o início da habilitação. A questão de recursos quando for
62 publicado do processo, nós temos um prazo de cinco dias e faríamos o processo de escolha em
63 plenário de conselho. Eleição por meio de votação em plenária, porque não viria habilitação de
64 entidades para este novo processo, porque o conselho em si, está composto. A maioria é
65 suplência que está faltando. E seria dentro de uma plenária do conselho no mês de abril, às
66 14hs e a posse em seguida para não termos que gerar uma eleição e mais uma data, se a
67 pessoa vai está aqui e a sempre é o candidato que vai representar que tem que vir de acordo
68 com a normativa que foi na conferência, então fica fácil dá a posse no mesmo dia. A pessoa vai
69 se apresentar da mesma forma, isso não alterou da mesma forma, em relação à anterior e outra
70 coisa é que se esse processo. Se após esse processo ainda permanecermos com vacância a
71 proposta é de Carta Convite, nós já fizemos isso uma vez, para não gerar mais um processo de
72 escolha, pois nós temos urgência dessa composição, para o conselho está regularmente
73 constituído e não atrapalhar a função do conselho. Então seria isso, nós estamos colocando em
74 apreciação e eu passo. SÉRGIO – eu gostaria Consolação que você disse um pouco. Como, por
75 exemplo, o Rodrigo é do fórum das entidades podia levar essa questão. Agora um pouco quais
76 são os critérios, como eles podiam ser esses critérios ele é municipal? Falar um pouco dos
77 critérios. CONSOLAÇÃO – os critérios são os mesmos da anterior, por isso até que não seria
78 falar deles, mas o conselho estadual, essa lei especifica, essa lei do Estado, ela fala da questão
79 do usuário como entidade de usuários, por isso a lei orgânica vai falar de representação de
80 usuário, ou de organizações, mas a nossa lei especifica estadual, como é de âmbito estadual a
81 relação é sempre com entidades, e aí vem o conceito de entidades. Ela tem que ser de âmbito
82 estadual atendendo no mínimo 2 municípios e não basta a não ser uma confederação, uma
83 federação, que realmente agrega todos, as outras entidades que tem seu estatuto inscrito que
84 são de âmbito estadual, mas que não tem essa abrangência, ela tem no estatuto mas na pratica
85 ela não faz isso, e não tem como comprovar isso, ela não estaria apta a se candidatar a uma
86 vaga no conselho estadual de assistência social. Vamos publicizar isso, mandar para todas as
87 entidades que nós temos conhecimento, que são de âmbito estadual a rede, estamos
88 pesquisando inclusive na rede estadual, aquelas que são inscritas no serviço. Se a gente
89 identifica mais entidades nesse âmbito para que a gente possa está chamando para participar
90 desse processo, até para colocar em memória se houver necessidade dessa possível carta
91 convite também. A gente vai precisar logicamente da ajuda de todos os conselheiros para
92 mobilizar um maior número. Lembrando que as entidades de assistência social, são muito fácil,
93 tem que ter inscrição no conselho. Entidades tem que ter usuários na sua diretoria, entidade de
94 trabalhador tem que está incluído na resolução do CNAS que se refere àqueles profissionais de
95 curso superior, e outros que não são e são de nível médio, entidades deveriam está agregando
96 isso. SÉRGIO – foi claro, o município passa lá no Fórum para o Fórum passar para as entidades,
97 porque através desse Fórum identificou em BH quase 300 entidades, É! Mas na verdade não
98 são só entidades que estão localizadas em BH. Por exemplo, a Federação das APAES é desse
99 Fórum, Então na verdade tem Federações, tem entidades de âmbito estadual nesse Fórum.
100 Porque talvez, esse foi um esforço que foi feito de identificação dessas entidades que ainda não
101 tinham sido feitas. E talvez, acho que ai precisa explicar um pouco o que é isso, esses critérios,
102 que são só para essas entidades de âmbito estadual. Mas acho que é um espaço interessante
103 divulgar no próprio Fórum, mas faz parte a gente faz parte e a própria coordenação do Fórum
104 pode divulgar isso, porque eles têm os e-mails dessas 300 entidades. Acho que é interessante
105 esse espaço. Alguém quer, não. Agora o Ministério Público vai chegar ainda, então a gente pode
106 ir pode seguir a pauta, vamos fazer a proposta do planejamento das comissões, enquanto o
107 Ministério Público não chega, aí vai apresentar, pode! Só voltando um pouco, então está
108 aprovado essa sequência das vacâncias, alguém tem alguma coisa a colocar, ok!
109 CONSOLAÇÃO – é não sei se vai dá para a gente ver daqui, é o seguinte é! Ontem foi passado
110 para as comissões, cada uma analisou as suas ações, uma proposta de ação para o próximo
111 ano, é considerando as competências expostas na lei estadual e regimento interno do conselho.
112 Bom! O que foi feito para cada comissão foi montado o que viriam apresentar e tem algumas
113 coisas que é competência de todos, então fizemos um consolidado para ficar mais fácil. E a
114 proposta se vocês aceitarem logicamente é o que é apresentar aqui somente o que houve
115 alteração, porque se não houve alteração o que é de todos, todas as comissões tiveram acesso.

116 O que é específico logicamente a comissão terá que fazer e no entendimento geral, todos vocês
117 terão acesso a isso para terem um acompanhamento de perto. Então a minha proposta é
118 autorizar mostrar apenas o que houve alteração. SÉRGIO – ok, pode ser assim, vocês querem
119 que apresente tudo por serem conselheiros novos só alteração. CONSOLAÇÃO – ai você vai ter
120 que me ajudar, de mostrar primeiro onde está vermelho e você vai ter que ir na competência da
121 Lei, passar para a esquerda e depois para a direita, ok! Volta por favor. Então normatizar ações,
122 regularizar a prestação do serviço natureza público privado no campo da assistência social, aí a
123 comissão de normas ela colocou o seu cronograma, houve alteração apenas de determinação
124 de que período isso estaria ocorrendo, como se trata de uma revisão de normas da lei de
125 barragens inclusive e das resoluções do conselho está sendo posto essa ação, de fevereiro a
126 outubro para que ela seja realizada. Embaixo, em comparação no que se refere à normativa a
127 gente comparar a LOAS estadual com a NOB ainda existem algumas questões que merecem ser
128 alteradas na nossa lei estadual, e aí eles irão fazer uma revisão disso no mês de fevereiro e
129 março. A comissão de política no que se refere a encaminhar as deliberações aos órgãos
130 competentes às monções já foi encaminhada, inclusive, mas elas colocaram apreciação para
131 terem encaminhamentos darão durante todo o ano. Em relação à proposta orçamentária houve
132 uma alteração do período a gente teria colocado inclusive que ela seria apreciada em junho e aí
133 a Mia prestou esclarecimentos que o período correto seria em Julho para apreciação pelo o
134 Conselho da Proposta Orçamentária. Em relação à aprovação de mecanismo de participação em
135 relação à fiscalização dos recursos da assistência então orientar os conselho municipais sobre a
136 importância da sociedade civil nos conselho, garantir o controle da execução das políticas,
137 priorizar a participação de usuários, isso aí é o ano inteiro, isso é por meio das autorizações do
138 conselho. Como várias competências nossa, elas são normalmente o ano inteiro, o fundo das
139 ações do conselho. Propor formulação de estudos, utilizar censos, utilizar vários outros
140 indicadores, ou levantamentos durante o ano inteiro. Outro é marcação de cronograma,
141 regulamentação suplementarmente, então as normas seguem do conselho nacional, comissão
142 de política e de normas que eles têm a proposta de rever inclusive a resolução dos benefícios
143 eventuais, ai seria fevereiro e março. Nessa aí a gente tem duas redações, uma seria
144 acompanhar a fiscalização, acompanhar a fiscalização e avaliar o serviço da assistência social.
145 Aí a gente tem uma acima que seria dada a comissão de normas e política, foi proposta verificar
146 como o usuário está sendo, não estou conseguindo, verificar como o usuário está sendo
147 atendido na rede conveniada do Estado, bem como junto aos municípios que recebem o
148 financiamento do Estado, levantar dados da sua gestão da rede, e conselho para avaliação de
149 intervenção, consultar o SIM. Aí a comissão de normas avaliou que é importante mudar a
150 redação, levantar dados a cerca do atendimento ao usuário levantando vários meios de
151 avaliação e consulta, SIM, Censo SUAS, Rede conveniada. Então acho que é cruzar a redação
152 com uma questão mesmo de atividade e prazos também, uns estão propondo bimestralmente e
153 outro semestralmente, e eu pergunto se nessa a gente deixa a segunda redação que seria o
154 mesmo conteúdo, só uma forma diferenciada, agora o prazo ele... Tem duas propostas!
155 ISABELA – podia só voltar na redação da antiga. Há então verificar é porque na debaixo a
156 redação ficou clara, mas ela não está fazendo referência às entidades conveniadas do Estado.
157 Acho que podia incluir isso para delimitar e eu pessoalmente Isabela, SEDESE, eu acho que
158 pode ser trimestral, bimestral não tem necessidade assim, os dados não mudam com tanta
159 velocidade assim grande para justificar ser bimestral. SÉRGIO – alguém tem mais alguma coisa,
160 conselheiros acréscimos em relação às entidades uma segunda redação e trimestral.
161 ISABELA – é ai a minha opinião. (falas ao fundo). É porque a primeira foi sugerida bimestral.
162 Trimestral? CONSOLAÇÃO – não gente. Quando a gente fala bimestral é acabando os dois
163 meses quando você fala trimestral acaba no quarto mês. ISABELA – eu acho que é trimestral é a
164 debaixo (falas ao fundo) é porque você apresenta os dados referentes aos três meses
165 anteriores, por isso, que dá este desconto, dezembro seria apresentado em janeiro, por isso
166 não cabe aí. SÉRGIO – ok! Podemos passar, então vamos lá! RONALDO – volta na data lá, ali
167 está certo o primeiro X e depois o segundo X está errado (falas ao fundo). ISABELA – é verdade.
168 SÉRGIO – porque você só teria duas avaliações anuais. (falas ao fundo). E a outra seria em
169 janeiro do ano subsequente. CONSOLAÇÃO – é isso dezembro. ISABELA – a não estava certo.
170 SÉRGIO – não está correto agora. ISABELA – é porque você tem que contar o mesmo X
171 também aí você vai contar ali o primeiro X um dois três, aí pula agora conta um pula o próximo
172 não mantém esse X vermelho esse mês conta o mês do X conta um dois três quatro o X fica no
173 quatro (falas ao fundo), mas o mês que o X está ele também conta se não por isso que não
174 deram todas as se não você está pulando o mês como se você não monitorasse.
175 CONSOLAÇÃO – abril a partir de abril, maio. ISABELA – agora dá certo porque ai é outro
176 monitoramento seria em janeiro. SÉRGIO – é porque assim na verdade você tem o seguinte
177 janeiro, fevereiro, março ai a gente avalia janeiro, fevereiro, março em abril, abril, maio e junho a
178 gente analisa em julho, julho, agosto, setembro, a gente analisa em outubro, outubro, novembro
179 e dezembro, a gente analisa em janeiro. Entendeu, é porque o mês do X também tem que ser
180 contado, enquanto a gente está analisando os três meses passados o mês ta correndo né.

181 Entendeu? Todo mundo entendeu isso aí? Adriana! ADRIANA – é porque ali está falando, na
182 primeira, junto aos municípios embaixo não está falando junto aos municípios Então não estaria
183 falando dos municípios estariam falando só da rede conveniada do Estado? ISABELA – aí inclui
184 os dois eu não estou conseguindo enxergar. ADRIANA – verificar como o usuário está sendo
185 atendido na rede conveniada do Estado bem como junto aos municípios. Então não é sem os
186 municípios, tem que incluir porque se não vai ficar olhando só um lado da rede. Porque ali
187 embaixo no caso foi por questão de redação mesmo né, aí faltou os municípios, seria isso.
188 SÉRGIO – tá certo. CONSOLAÇÃO – então continuando propor a modificações na estrutura do
189 sistema estadual que vise promoção, defesa dos pilares da assistência, estudar e avaliar o
190 sistema estadual caso haja necessidade propor modificações. Então foi marcado meses para
191 isso ocorrer. A partir de março. Trimestralmente a partir de março. ADRIANA – Eu acredito que a
192 partir daí já da para seguir o anterior, porque ele estaria avaliando o sistema, estaríamos fazendo
193 levantamento de dados acho que coincide. Porque um é comissão de normas e ou outro é
194 comissão de política. Aí vão ser todas na verdade, acho que uma coisa não validada a outra não.
195 (falas ao fundo). SÉRGIO – não vejo necessidade não... ISABELA – Ele é só em caso de
196 necessidade, então acho que não teria problema. SÉRGIO – ser diferente, eu não acho que é
197 problema não. O que ela está sugerindo é que na hora que você está num processo de
198 avaliação se o processo for completo, por exemplo, o entendimento seria mais bacana. A
199 comissão de normas trás a avaliação do levantamento de dados e a comissão de normas trás a
200 avaliação do sistema. ISABELA – mais o que do sistema? SÉRGIO – que ela sugere que os
201 tempos fossem iguais, porque nem sempre você avalia o sistema, outro mês você avalia a
202 necessidade (falas ao fundo). ISABELA – tá certo. SÉRGIO – acho que é. É igual ao de cima.
203 CONSOLAÇÃO – vamos passando só anota que é igual ao de cima só para a gente não. Vamos
204 passando, propor aprovar ações que superem a sua posição de programas e projetos então
205 verificar isso, eu acho que da mesma forma então, a gente pode né, ter na mesma lógica do de
206 cima, porque estava casado no outro. Justificamos a ausência do conselheiro que acabou de
207 chegar. Analisar e propor alterações, analisar, atualizar considerando é... não me mostrou o que
208 era lá na frente. Elaborar e alterar e publicar seu regimento interno, o regimento também tem que
209 ser revisto, inclusive tem alguma coisa que foi constatado que o conselho é uma instância de
210 recursos da CIB e não existe isso e está dentro do regimento e tem muitas coisas que tem que
211 ser revista e já colocou o período disso. Propor alterações que é em fevereiro né. Aí embaixo
212 nessa é. Promover capacitação continuada, aí na questão da capacitação são conselheiros
213 estaduais e municipais, pedir para informar que só está municipais daí a inclusão de
214 conselheiros estaduais. Na outra articular com os conselhos, identificar problemas uma serie de
215 situações, também foi dado só o período. Junho, está certo aí. Estou contando se é o mês. Em
216 relação. Em qual está? Proceder em relação a denúncias, a instauração do processo é o ano
217 inteiro que a gente recebe, então é o ano inteiro. Analisar planejamento do Pacto do melhorando
218 seria em Março, então seria isso! Acompanhar o pacto para a primeira avaliação sendo no mês
219 de Março. Vai lá nas competências, ainda acompanhar o pacto, analisar o planejamento. Aí foi
220 colocado a diferença de dois cronogramas, um para Março e outro está pedindo para fazer
221 trimestralmente. De quatro em quatro meses, na verdade. Não é trimestral, quadrimestralmente.
222 Esse ali é a mesma ação que é a questão de acompanhamento do pacto no Estado, aí a
223 comissão de normas propôs que seja em Março a avaliação. A comissão de política colocou de
224 quatro em quatro meses, acho que deve ser periódico. ISABELA – deve ser periódico mesmo,
225 até porque está incluindo pacto dos municípios que é uma coisa nova, que provavelmente nós
226 como conselho, teremos que dá apoio ao conselho municipal, que tem metas do plano social,
227 sendo importante. CONSOLAÇÃO – então fica. Não esse não teve nada, vamos para onde teve.
228 Marcação de cronograma, nesses dois, é diferente. As ações, determinar os estudos
229 alternativos, compatibilizar o PAS da assistência social para a URCMAS ai ficou no período de
230 fevereiro a outubro para que isso seja feito pela comissão de normas, que é um período que tem
231 um fluxo maior, janeiro vamos ver ai a questão da plenária. Compatibilizar já falei dos dois
232 juntos. Vocês desculpem viu gente! É difícil o Excel a gente ficar mexendo isso. Aí é uma
233 sugestão da comissão de normas em relação ao assessoramento dos conselhos é compatibilizar
234 a questão dessa ação com o plano, ela pediu para separar o que estava em cima das
235 comissões. O texto eram os três juntos, orientar o conselho. Realizar. Como são coisas e vai ter
236 um tempo diferenciado, Então pediu que separasse e compatibilizasse o plano estadual com
237 relação à capacitação das URCMAS. E orientar é realmente o ano inteiro o conselho e acabou
238 foram essas as alterações. Aí coloco para apreciação. SÉRGIO – Então colocando para
239 apreciação. (falas ao fundo). ISABELA – microfone.
240 ADRIANA – Adriana da SEAPA no grupo de normas na hora de discutir as realizações das
241 capacitações das URCMAS compatibilizar com o plano de assistência social de capacitação. Na
242 verdade a gente tentou colocar claro no cronograma, como seria essa historia das capacitações
243 que é um tema que na comissão de normas a gente vem discutindo há algum tempo e com a
244 Consolação também. E aí temos dúvida em como proceder, pois não temos visto a questão de
245 recursos, então! Nós discutimos muito que é importante uma capacitação especifica que seja

246 vinculada com os PAS e tudo mais, a questão das normas com a questão da construção de
247 barragens, mas achamos que é importante definir um cronograma, mas não sabemos como
248 ficará a questão de recursos nesse sentido, sendo por aí a discussão. Nós trouxemos isso para a
249 plenária para definição melhor desse cronograma, como seria ou não! SÉRGIO – eu acho que
250 assim na verdade existe o orçamento do conselho e não vejo problema nenhum. Temos que
251 definir nosso cronograma e. Acho que a limitação de recursos não teríamos, eu acho no meu
252 entendimento de se preocupar na questão da... Aí o CEAS tem que viabilizar esse recurso para
253 as capacitações e existe orçamento para isso. Então agora o que eu acho que tem que haver
254 uma compatibilização é entre a comissão de normas e de apoio, agora depende das duas.
255 ISABELA – eu acho assim, que é importante! Orçamento tem. Orçamento o CEAS tem que é
256 para isso, o que é importante é prever e detalhar melhor quando seriam essas capacitações,
257 para quantas pessoas, em que período, para que possamos conseguir fazer um planejamento
258 dos custos e ver como adequar ao orçamento, agora pelo orçamento previsto para 2014,
259 acredito que é bem tranquilo. ADRIANA – é que a proposta que a gente teria colocado no grupo
260 em um primeiro momento foi no mês de fevereiro ter um momento de planejamento, justamente
261 de sentar definir metodologia, material, tinha uma discussão, a capacitação é aqui é lá nas
262 URCMAS, a gente pensou de ser lá e nesse momento é que surgiu a dúvida, de que não
263 tínhamos como definir esse formato. Então acho que seria importante definir no cronograma
264 isso, um momento que seria de gestão, um mês que seria logo no início do ano, que seria o mês
265 para se definir material, equipamento, como seria o formato dessas oficinas e aí na sequência
266 definir dois ou três meses em que executado. (falas juntas). SÉRGIO – porque a gente não
267 acrescenta uma ação na linha que seria o planejar a capacitação. ADRIANA – ok, ok! Cria uma
268 linha que seja construir né a proposta de planejamento logo em fevereiro e a realização das
269 capacitações a gente define uma data junto com a equipe de apoio.

270 SÉRGIO – porque teríamos aí uma capacitação, o planejar a primeira seria, planejar as
271 capacitações, realização fevereiro, comissão de normas e apoio e depois realização da
272 capacitação, pode colocar na observação, o cronograma será definido no planejamento. (falas
273 ao fundo). Porque fica a comissão de normas e planejamento em fevereiro ... (falas ao fundo).
274 Talvez primeiro agradecer aos convidados, talvez seja importante os convidados se
275 apresentarem. Tem conselheiros novos. SÉRGIO (Convidado) – Bom dia, meu nome é Sérgio e
276 eu sou da Vale, estou representando o Consórcio Candonga. MÁRLON – Marlon Sidney, Vale,
277 Consórcio Candonga. Dr. RODRIGO – Rodrigo Caçado, Procurador de Justiça Ministério
278 Público de Minas Gerais. Dra. GISELA – Gisela Botele, Promotora de Justiça Ministério Público
279 de Minas Gerais. PAULO (convidado) – Paulo César, Promotor de Justiça do Ministério Público
280 de Minas Gerais. SÉRGIO – tem mais alguém. ANA CLÁUDIA (Convidada) – Ana Cláudia,
281 SEDESE. CRISTIANO (convidado) – Cristiano SEDESE. ROGÉRIO (convidado) – Bom dia,
282 Rogério Dolabela da Vale, representando o Consórcio Candonga. SÉRGIO - Então sejam bem
283 vindos e agora queríamos chamar os representantes do MP para sentarem a mesa para passar
284 a palavra. Passo a palavra agora para o MP. Dra. GISELA – Bom dia a todos, é com muito
285 prazer que comparecemos a essa reunião do CEAS, gostaria em primeiro lugar de apresentar a
286 todos vocês é com exceção da secretária que já esteve com nós e com o então conselheiro Sr.
287 Márcio, que acompanhava o caso de Candongas e que efetivamente nós deu muita atenção,
288 desde o principio do ano em meados de março o MP propôs ao Consórcio Candonga mediar o
289 conflito existe e trazer para a mesa de negociação as pendências tanto do CEAS, quanto da
290 SUPRAM e de ações que existem na justiça, que chegam a um número de mais de 100. Essa
291 proposta ao ser feita, foi deliberada pelo Consórcio se aceitaria ou não e como sinal verde, nós
292 passamos a tratativa das negociações não só por rodadas de debates parte a parte, também
293 como mediações conjuntas para que chegássemos a bom termo das questões que estavam
294 sendo postas na mesa. Bem! Várias pendências daqui do CEAS e foi em razão disso que
295 mantivemos contato com o conselheiro Márcio, à época, foi justamente para mostrar que o
296 serviço que já tinha sido feito todo o levantamento pela SEDESE no momento anterior, estava
297 sendo levado em consideração, e partimos do levantamento que a SEDESE tinha feito é como
298 base de apoio para propor algumas soluções nesse conflito e que efetivamente sabíamos e
299 tínhamos conhecimento de uma resolução publicada no final do ano de 2012 que venceria agora
300 dia 31 de dezembro que nós gostaríamos efetivamente de acompanhar e respeitar os prazos
301 impostos pelo CEAS nessas soluções que havia já o compromisso do consórcio em resolvê-las.
302 Pois bem, durante todo esse período, por vezes em reuniões realizadas em BH e outras
303 realizadas em Ponte Nova, também houve audiências públicas realizadas no próprio local, lá em
304 Soberbo, e no Rio Doce. Nós tivemos uma franca participação, debates comunitários horas só
305 com os representantes, hora também incluindo toda a comunidade e por fim chegamos a uma
306 minuta de acordo que efetivamente me parece ser a solução de todo o conflito e eu vou relatar
307 rapidamente todos os pontos que estão ali elencados. Então, Primeiramente nós tínhamos a
308 reforma das casas, a SEDESE fez um plano de avaliação de que seriam feitas as reformas
309 daquelas tidas como defeitos de construção, Então seriam vistoriadas, reformadas, para que
310 efetivamente essas obras fossem realizadas por conta do consórcio. Mas existiam 19 casas que

311 a planta que foi apresentada aos reassentados não foi compatível com o que foi construído.
312 Segundo o consórcio houve um equívoco pela construtora e essas cozinhas foram realizadas na
313 frente do imóvel, então eles pediram a relocação dessas cozinhas e essas duas pendências
314 estruturais, quer dizer, reformas no imóvel e havia pendências registras, os títulos. Esses títulos
315 e esses títulos essas escrituras não eram só em Soberbo, também haviam pendências em
316 Marimbondo e em Sete Quedas. A primeira fala nossa foi tratar das questões de Soberbo,
317 porque existia na procuradora de Direito Difuso, da qual eu e o Dr. Rodrigo fazemos parte, duas
318 ações, pendentes de julgamento no tribunal de justiça, sendo que uma delas declarou nula a
319 licença de operação do consórcio Candonga em razão de não atendimento da ativação
320 econômica, daquela inclusão produtiva que deveria ter sido feito antes da licença de operação
321 ser concedida. Então obviamente a nossa primeira preocupação era ativação, a preocupação
322 judicial que é a que estava na nossa mão, era focar em cima disso, mas se nisso lidar com as
323 demais pendências, então obviamente que as escrituras também vinham em razão dessas
324 pendências judiciais, que os moradores não apresentavam documentos, para que efetivamente
325 tivesse uma carta na manga de poder exigir do consórcio o cumprimento das outras pendências,
326 então de parte a parte, havia muito radicalizamos, que nós conseguimos ao longo desses meses
327 superá-los, então a maior parte das casas estão sendo reformadas. O consórcio em razão de
328 alguns não ter permitido a entrada no imóvel, em razão da preocupação obviamente de que não
329 se cumprisse os outros pontos do acordo, é ele se me recordo, ao todo são 10 casas. O
330 consórcio chegou a notificá-los dizendo que não iriam mais fazer nada. Nós revertemos esse
331 quadro e conseguimos avançar para que passado o período de chuvas retorne essas reformas e
332 o prazo é até 31 de julho de 2014, para que essas casas sejam concluídas nas suas reformas e
333 alteração de cozinha. Pois bem! É com relação à documentação, nós dissemos que se tivesse
334 algum entrave e até colocamos que o MP receberia esses documentos para repassar a esse
335 consórcio para que não houvesse preocupação dos atingidos, para que efetivamente depois da
336 assinatura do acordo eles ficaram solitários, então o MP vai continuar nesse cumprimento do
337 acordo, sempre minimizando qualquer tipo de entrave. Pois bem! Passado os imóveis, nós
338 tínhamos a situação da água, já existia naquela época, uma contratação do consórcio pra
339 COPASA, para que ela fizesse uma prospecção e indicasse possíveis locais de perfuração dos
340 poços, e isso, obviamente indicou alguns esforços o primeiro não deu certo, o segundo tem
341 vazão ainda está numa pendência, porque o que se reclamava era que a água tinha gosto ruim e
342 segundo consta ela tinha um teor de ferro muito alto, então com todo o tratamento que o
343 consórcio vinha fazendo era impossível chegar a uma solução. Então o novo poço. O poço
344 antigo foi deslocado para atender o que chamamos de extensão de quintais, então ela continua
345 sendo captada, porém desviada não para consumo humano, e a água já me parece que tem
346 uma solução bastante viável. Qual a pendência hoje, o município para poder receber a ETA que
347 é uma das ações que existe, ele faz exigência de que tenha um atestado de que a água tem
348 qualidade potável conforme o Ministério da Saúde. Isso já está constando inclusive do acordo e
349 já chegou-se a um bom termo de que em comum acordo vai se escolher o laboratório que vai
350 fazer a aferição de boa qualidade e tudo mais e o município vai finalmente receber a ETA.
351 Passada a água vinha a situação das indenizações das compensações como chama o
352 consórcio, uma delas é a chamada extensões de quintas, o que é isso, lá em Soberbo antigo,
353 havia uma espaço muito amplo para todos, porque não havia muros, eram casas numa vila rural
354 e que tinham acesso ao rio, com muitas árvores frutíferas, criação de animais e eles ali
355 sobreviveram durante gerações, no entanto em São Sebastião do Soberbo, que eles chamam de
356 Soberbo Novo, é eles tem um imóvel de 360m murado limitado, e o consórcio tentando
357 solucionar este primeiro embate é disponibilizou uma área morrada, para que eles fizessem a
358 extensão de quintas, me parece que poucos, só 4 aceitaram caminhar até o local para fazer
359 qualquer tipo de plantação, e foi definido aqui no âmbito do CEAS que se fariam a indenização
360 desses valores dos 360m que foi disponibilizado para cada um é, com 20% de acréscimo. É o
361 imóvel é Rural não é urbano, não é possível fazer o desmembramento, em razão de não ser os
362 três módulos, então em razão disso que foi deliberado no âmbito do CEAS em se fazer essa
363 indenização. Muito bem! Nós começamos assustados porque a expectativa da comunidade era
364 de uma indenização fabulosa, chegaram a falar em R\$100.000,00 e eu desde o começo falava
365 que esse imóvel rural de R\$100.000,00 de 360m é um imóvel realmente maravilhoso e na
366 verdade eles não tinham noção do valor do imóvel rural da região, foi para nós também um
367 trabalho hercúleo, porque não se conseguia chegar um bom termo. E por final, nós chegamos a
368 uma valoração do ha da região entre 10 e 12 mil reais e que fazendo as contas com os 20%
369 dariam 518,00 reais a indenização, quer dizer só de chegar para os representantes e apresentar
370 este valor já era para nós uma situação difícil, eram 518 reais, 360m. Então na verdade é
371 eles tinham uma idéia de um lote urbano, eles estavam fazendo paradigma com Rio Doce que
372 está com loteamento aprovado já e estavam esperando uma expectativa de 30 a 45 mil reais.
373 Então quando eu mostrei para os representantes que o valor real era baixíssimo, eu disse para
374 ele nós vamos fazer uma avaliação, uma proposta um valor como se fosse um imóvel rural, em
375 área de expansão que viesse a ser loteada. Que vale mais que vai ter um empreendimento, e na

376 verdade acabou-se oferecendo R\$ 4.320,00 e eles obviamente refutaram disseram que era
377 muito baixo e por fim o MP ofereceu para o consórcio fazer uma compensação de R\$10.000,00.
378 Quando nós fizemos essa proposta o CEAS emitiu uma avaliação de R\$9.000,00, ficou R\$
379 1.000,00 reais abaixo da proposta emitida pelo MP e efetivamente é eles se comprometeram a
380 fazer o pagamento até 31/12 desses R\$9.000,00 e já recolheram documentações, número de
381 conta bancaria, enfim, tudo já está organizado e preparado para que isso aconteça até 31 de
382 dezembro. Acontece que existe dentro da comunidade ela é extremamente plural, pessoas que
383 estão muito interessadas na ativação econômica, pessoa que ficaram sem o que fazer, a grande
384 maioria de Soberbo, trabalhavam como garimpeiro e o garimpo se esvaiu, então esse pessoal
385 tem muito interesse na ativação. Mas, outros foram aos poucos caminhando com o consórcio,
386 com os cursos que foram sendo dados e hoje a sede da associação que existe na chamada área
387 de extensão. E se aportaram máquinas de costura de primeira linha e também um equipamento
388 muito bom de padaria, foram formar turma de padaria da panificadora da padaria já foi formada.
389 É o curso de corte costura, de costura da malharia tem uma pessoa na produção e vinte fazendo
390 o curso que deve ficar nesse grupo da malharia e tem um grupo do artesanato que vem
391 produzindo muita coisa que vem sendo financiada, esse material, essas coisas pelo consórcio,
392 de excelente qualidade, nós mesmo compramos coisas para poder mostrar e incentivamos a
393 continuar, porque a gente sente que o pessoal do artesanato se sente um pouco é desprotegido,
394 frente aos outros, porque o maquinário dos outros é muito poderoso, a gente vê que o
395 investimento nos outros é muito grande. Bem! E tem um grupo que já de muito tempo vem
396 prestando serviços ao consórcio na limpeza do lago, do plantio da borda do lago e esse grupo
397 hoje já está em regularização de uma cooperativa, já tem ata da constituição inclusive, e a
398 associação dos moradores, está ainda com os dois grupos de artesanato e da panificadora. Há
399 uma possibilidade de fusão desses dois grupos de todos migrarem para dentro da cooperativa,
400 mas por enquanto eles estão separados e assim foram tratados no acordo. Como: A padaria e o
401 artesanato e associação e a malharia estão recebendo, vão receber a proposta do acordo
402 durante os três anos próximos, no primeiro ano R\$40.000,00 ao mês, no segundo ano
403 R\$28.000,00 ao mês e no terceiro ano R\$21.000,00 ao mês. Totalizando R\$1.068.000,00. Eu
404 ainda não recebi do consórcio, única pendência que está sem dados é já para computar o que
405 foi gasto com essas pessoas a parte que está ali tanto nos grupos de prestadores de serviços
406 tanto da malharia, existem pessoas que não foram atingidas, então é embora isso seja de
407 conhecimento da comunidade, não há nenhum tipo de constrangimento entre eles, mas eu
408 gostaria que constasse o que já foi gasto pelo consórcio, porque efetivamente ao dispor o valor
409 para os que vão ser ativados, já vão escolher o projeto, nós sentimos na comunidade a
410 preocupação de privilégios, de alguém que vai ganhar mais, então como nós temos consciência
411 do que já foi gasto não é pouco, nós queremos fazer justiça com isso e colocar no acordo essa
412 contabilização, do que já foi gasto. (falas ao fundo) Ativação, obviamente que sim e reconhecida
413 pela própria comunidade. Bom! Com relação à cooperativa que são prestadores de serviço, eles
414 vão receber um valor de R\$80.000,00 de capital de giro, para que a cooperativa tenha esse
415 aporte inicial. Mas já está na ata de constituição, a apalavrado, que o consórcio vai durante os
416 três anos garantir a contratação deles. Mais organizado, mais avançado. Inclusive a própria
417 prefeitura de Santa Cruz, é estava ávida por essa modificação, porque na associação não havia
418 possibilidade de serem contratados para prestar serviços na prefeitura, sem licitação, e na
419 cooperativa já vai ser possível, então eles vão ter também condições de trabalhar junto à
420 prefeitura. Bom! Então por último ficou o grupo que vai a partir do acordo ter o prazo de três anos
421 para definir os projetos que querem trabalhar, foi dado a eles o aporte de R\$700.000,00 para a
422 compra de um terreno, e depois eu vou falar em relação como essa compra vai se dá. Com
423 relação ao terreno R\$2.350.000,00 para que seja feito a ativação econômica, com contratação
424 de técnicos, com compra de mudas e animais, como eles escolherem e vão definir como eles
425 vão fazer nesse momento. Eu peço desculpas porque meu telefone está desse jeito, porque
426 esse é um dia inédito dentro do MP, porque a gente está conseguindo fechar um acordo desse
427 porte. Não liguem pra ele, depois eu dou retorno a todos. Na verdade a grande preocupação que
428 temos é que a par de termos resolvido os problemas que envolviam as pendências, CEAS e
429 SUPRAM, ainda tinha com Soberbo, ainda tinham a preocupação com as outras comunidades
430 que quando viram que o acordo iria sair tanto o prefeito de Rio Doce, quanto o pessoal de Sete
431 Quedas, nos procuraram pedindo para que fossem incluídos, Então tivemos que procurar e pedir
432 ao consórcio autorização para isso e acabou sendo concedido. São comunidades menores, uma
433 de 15 pessoas a de Sete Quedas e de 8 pessoas só em Marimbondo, e nós acabamos
434 avançando para inclui-los nisso, pra todos, a regularização escritural dos imóveis, que todos tem
435 pendência. Com relação terminando só a ativação, que é um aporte total de R\$3.250.000,00, é
436 nós temos comissões para gerir o primeiro momento até que eles definam se será uma
437 cooperativa ou uma associação e depois elas assumem a administração desse dinheiro. E está
438 se criando, um conselho de fiscalização no qual efetivamente os prefeitos vão ter assento para
439 poder acompanhar o MP também e os órgãos que fazem efetivamente CEAS, SUPRAM,
440 envolvidos nisso, bem! Finalizando essa ativação, nós ainda temos a compensação por garimpo,

441 né os garimpeiros, fizeram reuniões e pediram reuniões e fizeram o pedido de serem
442 reconhecidos, aqueles que efetivamente não foram reconhecidos pelo consórcio. E essa foi um
443 dos embates mais difíceis, porque obviamente são atividades sem documentos de legalidade,
444 eles trabalhavam ali de geração em gerações, alguns têm comprovantes de certidão de
445 nascimento de filho, onde consta que a época tinha como profissão de garimpeiro. Temos alguns
446 documentos de pagamento de ISS na prefeitura, enfim, tudo muito fragmentado, nada comum a
447 todos que pudessem resolver. Então foi feita uma proposta de que a relação que hoje a
448 comunidade apresentou como sendo garimpeiro e mergulhadores e balseiros, fossem aceita
449 pelo consórcio sem discussão, para que eles fizessem essa depuração entre eles, e o que se
450 chamam de faiscadores que são aqueles eventuais que não tinham por atividade fixa como
451 garimpo que esses sim o consórcio delimitasse ou delimitasse o tempo ou fizesse requisitos de
452 comprovação. É me parece que essa foi à batalha dessa madrugada que ficamos trocando e-
453 mails, mensagens para que efetivamente isso fosse solucionado. É com relação a Marimbondo o
454 repasse é de R\$1.000.000,00 além dos 3ha que tem hoje e já estão assentados, outros três
455 hectares para cada família, em uma área comum para que eles possam desenvolver o plantio de
456 frutas, a construção de um galpão e a compra de uma máquina desfrutadeira para que eles
457 atuem nisso. E o apoio da EMATER durante 4 anos. Do lado de Sete Quedas a EMATER
458 também avançou e delimitou um valor mínimo de terra de 12ha tem alguns que estão avançados
459 num pouco mais tem outros que estão assentados em três módulos e 3ha e tem gente que não
460 recebeu as terras ainda. Então está constando do acordo que não serão todos os reassentados,
461 os que já estão não vão mudar, mas vão receber o acréscimo em área, a partir da entrega das
462 áreas acrescidas é que começam a contar o prazo da EMATER para dá apoio a eles, sendo
463 escolhidos três pontos para serem instalados onde os tanques de coleta de leite, tudo vindo da
464 EMATER em comum acordo com os reassentados e por fim tem uma indenização, uma
465 compensação com as caixas d'água que eles vinham reclamando e era de difícil acesso, que
466 eles não conseguiam fazer a limpeza e me parece que um dos problemas relacionados a água é
467 o fato de sujeira acumulado na água, quando há algum pico de energia e que volta a água a
468 caixa baixou e a força do jato d'água que entra nas mangueiras e sai a sujeira. Então é! E elas
469 são todas de amianto, a troca das caixas d'água por eles próprios e não do consórcio, do jeito
470 que eles quiserem dentro do telhado ou fora do telhado, eles estarão recebendo R\$1.667,00 por
471 casa, por imóvel residencial. Então todas as casas irão receber, também em Sete Quedas e
472 Marimbondo, todas foram incluídas e por fim vem aquilo que eu falo que é a bênção divina,
473 existia uma disputa entre eles sobre a energia, antes eles pagavam muito pouco e agora estão
474 pagando uma energia mais cara. Graças a Deus por avaliação da CEMIG, é a grande maioria
475 dos imóveis são compatíveis com o padrão energia inteligente, CONVIVER da CEMIG então dos
476 124 imóveis de Soberbo, 108, vão ser incluídos e vão receber os equipamentos instalados
477 gratuitamente, 8 deles já tem os equipamentos e 8 já foram incluídos e já fizeram reformas e
478 fogem do padrão de baixa renda. A área rural também segundo a CEMIG eles consomem muito
479 pouco e não é interessante disponibilizar o equipamento. As casas de Sete Quedas, as casas de
480 Marimbondo e as 8 casas de Soberbo o consórcio vai disponibilizar o valor para poder instalar
481 para todo mundo o equipamento de aquecimento solar, então essa é a proposta final do acordo
482 que eu espero com todo, toda a pureza de alma que seja assinado ainda hoje. As ações vão ser
483 todas extintas vão ser relacionadas neste acordo, as restantes são ações de emissão de posse,
484 alguma disputa nesse sentido ou inventários que estão terminando para solucionar que
485 independem e são consequências do acordo que efetivamente vão ter sua marcha com relação
486 a (Falas ao fundo). R\$9.000,00. Aí a população fez uma solicitação, uma pressão que eu
487 particularmente como mediadora entendi que não deveria ser aceito, mas o consórcio
488 efetivamente se rendeu e ofereceu mais R\$8.000,00, num total de R\$17.000,00 mais
489 efetivamente eu fiz uma intermediação como mediadora, nos do MP, que não viesse esse
490 dinheiro de uma vez, porque nós nos preocupamos com essa comunidade que precisa se ver
491 como comunidade, nesses primeiros passos eles escolheram o que vão fazer, então ficou
492 definido que esses outros R\$8.000,00 vão ser pagos no dia 31 de agosto de 2014. Não, não,
493 data fixa 31 de agosto foi exigência da Novelis, então efetivamente estamos com o acordo
494 nestes termos, existem os anexos, são treze anexos e por acaso hoje é 13 de dezembro. É nos
495 treze anexos contam nominalmente todos os individuais que estão desistindo das ações
496 pessoais, todas as casas que estão em pendência de imóvel, todas as casas que vão receber
497 indenizações pelas caixas d'água, todas as pessoas que vão receber as indenizações de
498 retenções em quintais, todos que vão ser todos os imóveis que vão ser colocadas os
499 aquecimentos por conta do consórcio, que a CEMIG diz que vai instalar tudo de uma vez, que
500 vai tudo na mesma carreta. Que vai haver uma entregue solene já em janeiro, já marcada. Então
501 tudo está sendo monitorado, checado com todos os envolvidos para que dúvida nenhuma reste
502 na execução deste acordo que eu espero efetivamente que não existam entraves, a
503 preocupação do MP hoje é que existiram por parte dos atingidos, uma representação criminal
504 contra alguns diretores em função da não ativação e é na mesa foi colocado como exigência do
505 consórcio que fosse arquivado essas representações, só que esse arquivamento não depende e

506 não pode ser feito dessa forma, até porque feriria a própria essência do MP, e nós deixamos isso
507 bem claro, os representantes, concordo em declarar que veio através desse acordo a superação
508 do conflito e que dessa forma eles não tem mais nada a reclamar nesse sentido por fatos
509 passados. E nós chegamos a colocar na mesa que a jurisprudência do TJ ainda que contrária a
510 tese do MP é que no sentido que se tiver acordo como estes lavrados extingue a punibilidade.
511 Então eu acredito que não há problemas nessa situação. A nossa única preocupação nessa
512 madrugada, era com relação aos garimpeiros porque efetivamente não se chegaria a assinar
513 acordo nenhum se o consórcio não tivesse cedido em reconhecer estes 50 em lista fechada, dos
514 quais 21 são de Soberbo e os outros 28 são de Rio Doce, balseiros e mergulhadores. Devem ser
515 reconhecidos, devem ter um requisito específico, vão ter que trazer documentação e fazer
516 justificação judicial. (falas ao fundo). Dr. RODRIGO – o grande problema da questão dos
517 garimpeiros é que o consorcio vem o tempo todo dizer não houveram critérios fixados pela
518 SEMAD, pela FEAM e que eram três especificamente no estudo socioeconômico da época, outro
519 foi contratos, eventuais contratos de prestação de serviço ou de compra e o terceiro seriam
520 autuação por parte da policia ambiental e foram reconhecidos algumas pessoas 15 pessoas
521 como garimpeiros, mas grande parte da comunidade diz engraçado eu não vejo qual a diferença
522 com relação a essas outras pessoas? Quais documentos foram exigidos e isso é, não sabemos
523 porque cargas d'água não vieram esses documentos, e nem os critérios específicos um
524 documento da FEAM dizendo reconhecemos como garimpeiros tais critérios, então até por
525 segurança do próprio consórcio nós listamos, este grupo esses 21 de Soberbo e os 28 de Rio
526 Doce, a própria comunidade os reconhecem como garimpeiros, já que a própria comunidade
527 reconhecem eles, acho importante que reconheçam porque se não fica uma pendência ad
528 eterna, uma discussão sem um critério objetivo para reconhecer. Nós até chegamos a um dado
529 momento da negociação a propor que fosse feito através de uma justificação judicial que não
530 tem força judicante é apenas o que chamamos de procedimento administrativo jurisdicional,
531 apenas para justificar determinado fato, não tem um valor específico para condenar alguém ou
532 declarar alguma coisa, mas mesmo nessa lógica que documento juntar, de que época
533 específica, porque há até uma discussão, até que momento foi explorado o garimpo, se permitiu
534 a exploração do garimpo. O consórcio está pelo menos desde 99 fazendo a, pelo menos com a
535 licença previa, então a partir daí foi essa gana de negociações que até avançou madrugada
536 adentro porque queremos fechar isso, porque por vários motivos não temos como passar nem
537 para semana que vem, por exemplo, estou de férias a partir de hoje e haveria necessidade da
538 minha assinatura, porque eu sou o procurador de justiça que está atuando perante um desses
539 processos no tribunal e aí a exigência das distinções, e nós chegamos também a uma conclusão
540 que estava esgotado a negociação, por alguns momentos agarrou por parte da comunidade e
541 observamos o seguinte não é possível que um edifício deste tamanho uma construção tão
542 minuciosa ruisse por uma discussão específica de uma falta de bom senso, mas parece que
543 imediatamente após sairmos daqui vamos nos reunir com o consórcio, porque agora eu acredito
544 que fechamos este acordo. Acho que foi um processo muito interessante, eu estive aqui em
545 junho, julho, quando ainda estava na fase de negociação e é até me propus a convidar o CEAS a
546 participar, mas a coisa ficou tão idas e vindas, ficou complicado. Nós fomos à comunidade pelo
547 menos umas quatro vezes, na própria comunidade. Então é essa a negociação, toda a estrutura
548 do acordo que se iniciou primeiramente apenas pensando na ativação produtiva, porque
549 verificamos que eram as únicas pendências que nós tínhamos aqui e fomos verificando que
550 pouco a pouco fomos percebendo algumas coisas e ainda existem algumas questões individuais
551 pendentes que ainda não deliberamos entre nós, mas talvez centralizado na Promotoria de
552 Ponte Nova até que se faça um levantamento de todas essas questões, e eventualmente se não
553 for de atribuição do MP, alguma providência as partes já estão acordadas e reconhecendo o que
554 realmente isso significou. É eu acho que a grande importância de tudo isso, foi à possibilidade do
555 MP teve e está tendo de atuar de uma forma diferente, tirar uma lógica de contencioso, apenas
556 de decisão num patamar de empoderamento vamos disser assim do MP, pensando em uma
557 determinada maneira em que o empreendedor de outra, sem que houvesse a participação
558 popular, sendo que essa é a grande diferença e que é a mais custosa, porque demanda a
559 possibilidade de negociar mediar de está aberto de se não colocar pontos finais nas negociações
560 e também assim, pela primeira vez, pelo que eu tenho conhecimento, uma atuação inter, entre
561 varias áreas do MP, pois são dois procuradores de justiça participando. Dr. Paulo César Vicente
562 de Lima, que é o coordenador da Coordenadoria de Inclusão de projetos sociais, que é uma
563 coordenadoria importante e sensível dentro do MP, dois promotores de Ponte Nova que
564 possuem até ação civil pública, contra o consórcio em função a não ativação produtiva e com
565 relação a água e agora enquanto promotor da promotoria de justiça do meio ambiente e das
566 bacias da bacia do Rio Doce Dr. Leonardo de Castro Maia, e o promotor de Justiça que participa
567 na SUPRAM Zona da Mata que é o Dr. Bruno, quer dizer são estes sete membros do MP
568 participando em uma atuação em que foi-se necessário a construção inclusive confiança entre as
569 partes, por parte do MP em relação ao consórcio, do consórcio em relação ao MP. Do MP em
570 relação à comunidade, comunidade em relação ao MP e do consórcio em relação à comunidade

571 principalmente, acho que essa questão que envolveu os municípios, sabe! Cada um a seu
572 método, temos que agradecer a cada um dos prefeitos, tanto de Santa Cruz dos Calvários e do
573 Rio Doce pela disponibilidade de participar até ficou pendente essa questão a Gisela iria falar é a
574 questão das terras para a ativação produtiva, desse grupo ainda não ativado que seria os
575 R\$700.000,00 que chegou a ser um consenso, a de Rio Doce! No seguinte sentido, se o
576 consórcio fosse comprar essas terras ficaria muito caro, haveria uma inflação, em face de ser
577 um, haver um interesse social de fundo, os municípios se comprometem a fazer um convênio
578 com o consórcio para fazer uma desapropriação no valor real das terras e o consórcio repassaria
579 o recurso para que se fosse feito a compra dessas terras, então é esse o cerne de toda a
580 negociação e para nós foi uma experiência muito boa, muito produtiva, eu acho que pé um novo
581 caminho de se atuar no MP e notamos também ainda que por pouco contato nós tivemos
582 sempre uma compreensão do CEAS a respeito do que estava acontecendo, não formalmente,
583 não deliberadamente, mas com uma boa vontade, um olhar de confiança de que é um caminho
584 interessante, da mesma maneira a SEDESE, o SUPRAM na zona da Mata também estiveram
585 conosco no início, porque todas essas questões eventualmente cada órgão vai ter que deliberar
586 a respeito de como ficará as exigências próprias, mas me parece que é um bom caminho e tem
587 um subsídio interessante para que principalmente essa questão da ativação produtiva que a Dra.
588 Gisela pode explicar melhor como ficará essas comissões, até porque tem que ficar na minuta. É
589 mas acho que é isso a grande importância, acho que o Estado de MG e é muito interessante,
590 porque eu trabalhei um pouco no meio ambiente, fui coordenador das promotorias de defesa do
591 Meio Ambiente do Estado de MG e o próprio sistema às vezes dificulta uma participação
592 daqueles que são efetivamente atingidos e interessados nos entendimentos. Acho que no
593 Estado de MG, tem uma grande virtude de ter criado essa lei estadual que dá esse enfoque
594 também social, é e a população não é apenas uma externalidade sendo pessoas que estão ali
595 são relocadas, tendo movimentação de toda sua rotina e imagem de vida. É acho que é
596 importante e está a grande importância do CEAS em cada um dos licenciamentos ambientais
597 que diz respeito aos barramentos à energia elétrica e outros tipos de barramentos. Para fazer
598 com que também cheguem a um bom termo, por sendo razoável, porque nunca é o ideal, essas
599 possibilidades de reassentamento e ativação produtiva. Não sei se o Dr. Paulo César também
600 complementaria essa atenção. Dr. PAULO CÉSAR – bom dia a todos, minha palavra é breve,
601 primeiramente em agradecimento ao CEAS, por esse apoio e interlocução, alguns conselheiros
602 eu já conheço, e há quase um ano iniciamos esta conversa com outros presidente e conselheiros
603 que já não estão aqui mais, e a minha palavra é de reconhecimento ao esforço do CEAS nessa
604 mediação, um conflito de quase 14 anos, isso finalizando, porque o objetivo da nossa reunião
605 hoje como foi bem colocado pelo Dr. José é dar ciência ao CEAS, nós já encaminhamos essa
606 proposta de acordo à SEDESE e ao Secretário de Meio Ambiente e hoje pela manhã tive um
607 contato com o secretário e elogiando o acordo e dizendo que o contrato foi muito bom e o
608 objetivo foi dar ciência aos senhores(as) aqui do CEAS acerca desse resultado, estamos aqui
609 meio extenuado, principalmente o Dr. José e Dr. Rodrigo que passaram a noite acordo
610 discutindo e tinham estabelecido a data de hoje para chegar a um bom termo. Para nós é um
611 motivo de muita alegria. Eu tenho 12 anos de MP, vou fazer 13 e tenho mais de 30 anos de
612 serviço público, trabalhando com equipes e serviços sociais, e não tenho dúvida que esse foi o
613 empreendimento mais feliz da minha vida, pelo resultado e pela forma de como conseguimos
614 trabalhar e da forma inédita com tantos promotores, com pelo menos 5 promotores e
615 procuradores de justiça. Procurador de Justiça não faz isso que esses amigos estão fazendo
616 não, isso não é papel tradicional deles, estão inovando, descendo ao chão da fábrica, quantas
617 vezes o Dr. José e Dr. Rodrigo foram a Candonga conhecer outras experiências, tem quase um
618 ano de trabalho árduo de servidores públicos se dedicando a esse processo, a essa tentativa de
619 reconciliação. Tenho que destacar também uma sensibilidade social de um diretor da Vale Dr.
620 Alberto que foi o primeiro contato nosso que abriu as portas e permitiu esse diálogo e também a
621 vocês da equipe, o secretário sabe que os primeiros encontros nossos, de como a situação
622 estava radicalizada, inclusive com alguns membros dos atingidos em razão das violações que
623 sofreram ao longo dos 14 anos, até nervosos, e nós entramos no circuito e essas pessoas hoje
624 que inicialmente estavam entrincheiradas com certa razão pelas violações que sofreram ao
625 longo dos anos, nós ajudaram e foram pacíficos, são pessoas importantes, tanto como o Dr.
626 Alberto, foram pessoas importantíssimas, no conhecimento das comunidades para atingir o
627 acordo. É um momento de muita alegria, nós estamos indo para o MP para ver se consegue
628 assinar essas questões. A questão dos garimpeiros nos preocupou demais, pois estamos
629 buscando a pacificação social e nós não conseguimos a pacificação social se tiver um luz
630 vermelha que tem uma luz vermelha de injustiça e pela comunidade se não resolvesse a questão
631 dos garimpeiros da forma como vai ser resolvida, permaneceria um sentimento de injustiça,
632 Então teríamos uma pacificação social parcial. Então com essa solução da questão dos
633 garimpeiros dessa forma, com o bom senso do consórcio, nós conseguimos colocar uma pá de
634 cal nos conflitos e apaziguar os corações, tanto das pessoas que estavam lá sofrendo há tanto
635 tempo. Vocês que estão no conselho ao longo dos anos, sabem que as pessoas chegaram ao

636 MP na coordenadora de inclusão e mobilização social, em frangalhos, e são pessoas simples,
637 são pessoas idosas e isso doe o coração da gente, por conta do sofrimento por causa de um
638 falta de diálogo, não por conta dos dirigentes, mas pelo local há muitas mudanças e a Vale
639 sofrendo, alguns servidores da Vale sofrendo com representações criminais, ninguém gosta de
640 ser processado, principalmente criminalmente, sendo pai de família. E queria agradecer
641 imensamente ao CEAS essa disponibilidade de abri pauta para a gente, parabenizar pelo
642 empenho e o reconhecimento do esforço que vocês fizeram ao longo desses anos para tentar
643 solucionar e destacar a importância de vocês em manter essa pá de cal e os corações calmos,
644 até a implementação das medidas do acordo. E também colocar a coordenadoria de mobilização
645 e inclusão social, eu sou vizinhos de vocês, convidá-los para, eu fico instalado na casa de
646 direitos humanos, por orientação do procurador geral, para termos mais proximidade com os
647 órgãos do Estado, minha coordenadoria é de inclusão social, e termos essa proximidade,
648 participamos de algumas reuniões como ouvintes, a servidora nossa. Mas esperamos que me
649 2014, está muito mais próximos e nós colocamos a inteira disposição do CEAS para tentar
650 intervir em situações complexas que estejam enfrentando ai principalmente a atingidos por
651 barragens nos PAS. Trabalhar junto e para conseguir isso é estamos conseguindo essa
652 pacificação, conseguir que esses empreendimentos desenvolvam suas atividades econômicas e
653 que as pessoas possam chegar em casa sem dizer que eu fui injustiçado e dormir tranquilo. Eu
654 queria destacar que é um motivo de muita felicidade está aqui hoje e agradecer hoje, estou até
655 repetindo porque estou muito emocionado, pois é o caso mais importante nesses 32 anos,
656 principalmente dessa forma tão bonita, envolver tantos procuradores de justiça com
657 mentalidades diferentes, formação diferentes, e conseguir uma harmonia tão bonita, isso é um
658 sonho do MP no modelo de atuação que estamos construindo com a parceria de vocês, então
659 muito obrigado. Dra. GISELA – vou só encerrar dizendo que a minuta foi enviada para aprovação
660 da AGE teve parecer favorável é e quando foi enviado tanto à SEMAD, quanto à SEDESE,
661 ambos os secretários manifestaram o secretário de assinarem como intervenientes, então tanto
662 o Estado que é vai fazer parte porque as ações vão ser extintas e ele é réu das ações, ele está
663 concordando com as extinções das ações, mas efetivamente tanto a SEDESE, quanto o
664 SEMAD, participam como intervenientes desse acordo que obviamente vai ser a minuta, não foi
665 trazida, porque essa última redação será feita agora às 11hs, e tão logo esteja pronta por e-mail
666 a gente disponibiliza ao CEAS. Encerrando para agradecer, e não só dizer que a experiência foi
667 muito válida, e dizer que ao longo desses meses nós estivemos em Braúnas para poder ver o
668 modelo que eles vêm desenvolvendo ali, acompanhado dos representantes dos consórcios, eu
669 lamento nesse momento não está o Glauco, Dr. Marcelo que foram as pessoas que trabalham
670 com a gente do consórcio este tempo todo, o Vinicius que sucedeu o Cristiano Daliveres, que
671 nós vimos ao longo desse período não só a mudança da posição da população, mas também do
672 próprio consórcio. Voltar a ressaltar a importância fundamental do Dr. Alberto que é diretor
673 jurídico da Vale, que intercedeu a todo momento para que se mantivesse a todo momento um
674 bom termo, mas o Dr. Ricardo Mendes, diretor de operações, que acompanhou a todo momento
675 e que efetivamente participou da negociação, hoje nós temos uma equipe muito forte do
676 consórcio, com uma abertura grande para que saiam confiantes que qualquer problema que
677 existir na execução desse acordo o MP estará a disposição para superar todas as barreiras que
678 existem. A comissão dos atingidos a Flávia e o Tunico, foram pressionados pela comunidade
679 que obviamente quem queria 100 mil está recebendo R\$ 17 mil na verdade R\$ 18.667.00, é
680 muito aquém do que se esperava, mas eles conseguiram acalmar os ânimos e mostrar que é o
681 valor não pode. Pode não ser o que eles esperavam, mas é o justo e eu até coloquei que é muito
682 maior do que o justo, mas enfim o justo neste caso. Para que não perdêssemos o foco da
683 ativação que não podia perder o dinheiro disponibilizado. E que não podia de forma nenhuma
684 valorizar o individual e esquecer o coletivo. Muito obrigada! Eu gostaria de destacar a presença
685 do Dr. Bruno Guerra que é o Promotor que tem assento na SUPRAM e Dr. Sérgio de Castro que
686 é o promotor de Ponte Nova. (falas ao fundo). VOLNEY – último convidado faça o favor para
687 compor com a gente aqui, nós vamos abrir pras inscrições agora pra tirar algumas dúvidas dos
688 conselheiros, faça o favor? SÉRGIO – Bem pessoal as inscrições já estão abertas está escrito a
689 Consolação e o Volney, alguém gostaria de se inscrever? Alguém mais gostaria de, algum
690 esclarecimento? Alguma pergunta? Não? Então eu passo pra Consolação? CONSOLAÇÃO –
691 Primeiro eu queria parabenizar mesmo o ministério público, eu não podia deixar de estar falando
692 alguma coisa aqui nessa plenária, eu estou aqui nesse conselho desde que ele foi criado quer
693 dizer eu acompanhei realmente todo esse processo em todos esses anos. Então eu
694 cumprimento mesmo, parabenizo acho que eu nunca presenciei uma mediação dessas, a gente
695 até tentou fazer isso essa busca, pela conciliação, pela paz, que é o objetivo das políticas
696 públicas a gente tentar fazer a garantia de direitos, mais como um acordo com uma sensibilidade
697 de todas as partes pra que isso possa realmente acontecer. E é uma diretriz mesmo da política
698 de assistência social e agente, aí vê que em determinados momentos que o conselho não
699 conseguiu avançar ou que a gente conseguiu nesse momento, se transformou num termo assim,
700 muito mais muito bom pra comunidade acredito também para o consórcio dentro do que a gente

701 considera uma sensibilidade do empresário, em relação à sociedade, a Vale ela tem isso dentro
702 da sua estrutura e propaganda, que ela tem uma responsabilidade social, e aí a gente vê que
703 isso chega nos seus empreendimentos, então isso é muito positivo, numa época inclusive de
704 natal, receber uma notícia dessa no final da própria negociação, do tempo final para o conselho
705 daquilo que foi posto a princípio, eu fico também emocionada, fala bem a verdade, parabeno o
706 consórcio aqui presente, eu acompanhei de perto, logicamente várias pessoas saíram e
707 entraram outras mas a sensibilidade que vocês tiveram e foram adquirindo, que eu acho que é
708 isso de se colocar no lugar do outro ver o que é necessidade de cada um, porque poderia ser
709 qualquer um de nós, o que, que a gente quer estando nesse lugar. Então a humanização das
710 relações humanas, isso é muito importante, e o ministério público ele representa isso porque
711 hoje em relação a uma instituição, com essa confiança que a gente tem no ministério público é
712 é uma instituição que ninguém põe a prova, e hoje cada dia mais a sociedade está
713 precisando dessa intervenção e desse apoio mesmo de vocês. Então assim, eu agradeço todo
714 mundo até os atingidos que não estão aqui presentes que eu acho que fizeram todo um esforço,
715 por mais que alguns até incomodaram, outros chegaram a ponto de falar algo do desespero que
716 indevidamente, mas que sem isso a gente não chegaria aqui, porque a gente sabe que as
717 conquistas que a gente consegue na sociedade elas são muito através de lutas de
718 reivindicações, então o reconhecimento do usuário sem empoderamento também é da política
719 de assistência social e esse empoderamento trouxe e possibilitou a intervenção do ministério
720 público. Vocês tão de parabéns mesmo, e pra encerrar minha fala eu queria só escutar,
721 literalmente a questão da assinatura desse termo, porque eu achei maravilhoso mesmo, eu acho
722 que pra todas as partes a gente sabe que isso pra um empreendedor do porte que a gente está
723 falando, umas das maiores empresas que a gente tem no Brasil a Vale e a Novelis (interrupção)
724 sabe que isso (interrupção) que agente fala não é tanto quanto a gente imagina pra outras
725 questões, então eu gostaria só de saber a respeito dessas, como falou o tempo inteiro de
726 acordo, acredito eu que esse é o final mesmo e de uma construção, ou seja, agente não vai ter
727 surpresas indevidas, negativas, nesse processo, eu gostaria de saber como que está pra
728 finalização disso, obrigada. Dra. GISELA – Eu inclusive vou pedir licença aos senhores pra me
729 ausentar, por que está dependendo agora às 11h só de um fechamento de redação, então eu
730 vou embora pra procuradoria porque já estava marcada pras 10h30min a assinatura e os
731 prefeitos já estão na procuradoria os representantes atingidos também, os secretários estão
732 aguardando que a gente chame pra que façam a assinatura, então pra não alongar e
733 respondendo a sua pergunta, eu acredito que até 01h30min, 2 h da tarde está assinado. Eu vou
734 pedir licença e me ausentar e os meus colegas aguardam. SÉRGIO – Conselheiro Volney.
735 VOLNEY – Bom Rodrigo talvez você possa esclarecer uma dúvida aqui que não ficou claro
736 quando a Gisela ... uma exposição haverá um repasse aí de 2 meses de 40 mil reais, depois me
737 parece que de 28 mil no segundo ano e eu perdi o valor do terceiro ano. RODRIGO (Convidado)
738 – isso em relação a uma parte não é? O pessoal da associação que engloba hoje os prestadores
739 de serviço, malharia, artesanato e a padaria, sempre que o pessoal da prestação de serviço já
740 saiu até na frente porque eles já fundaram a cooperativa, então quer dizer, os outros, a ideia é
741 essa nós estamos deixando uma cláusula nesse sentido pra se agregar a essa, esse grupo que
742 o consórcio já, dentro do seu projeto, vem ativando e também o valor do capital de giro para os
743 prestadores de serviço. Os outros valores estão pra esses outros grupos que estão para ser
744 criados. VOLNEY – Outra dúvida que eu tenho, eu sou da comissão de monitoramento, eu fui a
745 Candonga diversas vezes com relação a água, eu até estive no último encontro com o consórcio
746 estava aguardando o laudo para certificar, o município ele vai ficar com a manutenção da água?
747 Por que me parece que estava numa pendência se o município ia arcar com o custo mensal de
748 11 mil pra fazer o tratamento. Como é que ficou isso? Isso ficou fechado? RODRIGO
749 (Convidado) – Na verdade é o seguinte, a grande dificuldade do município de Santa cruz do
750 Escalvado é o seguinte, porque nenhum dos distritos dele cobra pela emissão de água e
751 parece que não sei se ele faz o tratamento ou não, então ele está pra receber a ETA e não tem
752 como não receber porque toda a canalização da água passa pela ETA, com tratamento ou não o
753 que se faz captação dos postos ele passa pela ETA, pra ser distribuído pras casas. Com certeza
754 o município depois que ele recebe a ETA ele vai ter que fazer, ou tratamento adequado ou se a
755 água for de qualidade tão excepcional, nem fazer esse tratamento. Mas o que está sendo
756 abordado é o seguinte, a princípio o consórcio estava querendo, isso aí é um ponto que como
757 disse a Gisela vai ser fechado agora. O estado da arte hoje seria o seguinte o consórcio faria a
758 contratação de um laboratório que atestaria, e o município teria dez dias para concordar ou não.
759 Nós estamos mudando, nós estamos querendo infringir o seguinte, que o consórcio, isso vamos
760 ver se conseguimos fechar agora, o consórcio, ofereceria 3 laboratórios que possa atestar a
761 qualidade da água e o município concordaria por um deles, pra ser feito esta confirmação de que
762 a água ela tem a potabilidade necessária para utilização humana. VOLNEY – Ficou claro, mas a
763 manutenção do tratamento o município vai arcar com ela? RODRIGO (Convidado) – sim. Depois
764 o município assumiria a partir do momento que, o consórcio ateste que aquele poço produz a
765 vazão necessária na qualidade necessária, e recebendo a ETA, aí o município recebendo a ETA

766 ele vai ter que assumir isso, talvez tenha uma dificuldade, o prefeito depois se necessário pra
767 frente, como todo local principalmente que a COPASA assume, por que aí não é a COPASA é o
768 município, Há às vezes a necessidade de alguma cobrança, uma tarifa. Uma experiência
769 interessante, fora da questão especificamente, é a de Rio Doce que recebeu agora uma ETA
770 num valor, parece que gastaram lá, mais de R\$ 800.000,00, e o sistema de tratamento o prefeito
771 não que cobrar, mas só que tem um problema nisso tudo esta havendo abuso, por parte da
772 população de uso de um jeito discriminado, já que não está se cobrando a água. E uma das
773 coisas que a gente estava conversando com o prefeito é isso, a água hoje é um bem
774 valiosíssimo para o futuro talvez mais do que as fontes energéticas de petróleo. Então ele esta
775 estudando a possibilidade talvez, de estabelecer um patamar de gratuidade acima disso, da
776 razoabilidade. Então é isso assim, na nossa concepção, a partir do momento em que o consórcio
777 atesta a qualidade da água e o município receba a ETA, passa a ser responsabilidade do
778 município a manutenção disso. Uma questão até o pessoal do consórcio teve uma reunião essa
779 semana lá em soberbo, porque algumas dúvidas, e eu não sei se isso foi aclarado ainda, que a
780 questão que alguns diziam que a adaptação estava boa, o problema é que no meio do caminho,
781 no fornecimento ate as casas estava havendo alguma infiltração, alguma sujeira que precisava
782 ser resolvida, sanada. Então a questão da água é isso que está constando no termo de
783 compromisso. SÉRGIO: Bem, mais alguém? Então é agradecer o ministério público, parabenizar
784 em nome do conselho aqui por esse acordo. Acho que nós ficamos muito felizes, enfim, muito
785 obrigado então. Pelos esclarecimentos. RODRIGO (Convidado) – Temos que agradecer muito, a
786 atenção de vocês, a compreensão desse processo, estarem abertos a isso, porque uma das
787 grandes dificuldades às vezes é no setor público ou nos espaços que tem alguma centralidade
788 de poder é fazer essa transversalidade, porque vocês, poxa está avançando espaço aqui que
789 não é nosso. E eu acho que isso é interessante na medida até que um conselheiro aqui do mês
790 passado não, mas vocês vão conversar com a SEDESE especificamente a respeito disso? Não
791 a SEDESE tem as atribuições dela, a partir do momento que é interessante os termos é com os
792 atos próprios como o CEAS também vai tomar as providências, porque tem uma resolução que
793 está findando em termos de dezembro e a partir do momento que aporte esse termo de
794 compromisso assinado já é um caminho pra que o CEAS tome providencias dentro da
795 competência dele. Nós tentamos a todo momento manter todos aqueles compromissos que
796 foram assumidos pelo consórcio junto ao CEAS. Eu queria saber só se esses dois colegas,
797 queriam fazer alguma consideração específica, Dr. Bruno da SUPRAM Zona da Mata, que
798 esteve conosco a todos os momentos assim como Dr. Sérgio é o promotor de justiça de Ponte
799 Nova que está à frente junto com o Dr. Umberto Biso. Dr. BRUNO – Bom dia a todos, eu não
800 vou me alongar, é só pra cumprimentar a todos do CEAS, como foi dito eu tenho assenta no
801 COPAM na URC Zona da Mata, já recebi a visita da Maria Albanita não é isso? Lá na URC Zona
802 da Mata, e acho que é importante que o Rodrigo disse muito bem que MG tem uma lei estadual
803 muito interessante que deu importância pra questão social. E eu acho, falo como conselheiro do
804 COPAM que nós temos que avançar nessa lei, no sentido de ter uma interlocução maior entre o
805 CEAS e o COPAM, porque o meio ambiente, não é só meio ambiente natural, é o meio ambiente
806 social também. Então acho que essa interlocução é importante e eu acho que de certa forma, a
807 gente conseguiu fazer isso no caso de Candonga de conciliar a minha atuação dentro do
808 COPAM com a do Paulo César junto a SIMUS, dos promotores de Ponte Nova, dos
809 procuradores de justiça, e sempre remetendo as notícias a vocês do CEAS e contando com o
810 acolhimento dessa negociação por parte do CEAS, isso é importantíssimo, e legitima todo o
811 processo de negociação. Enfim, a minha fala é somente essa de agradecimento, de colocar as
812 portas do COPAM, eu acho que posso fazer isso, no que toca URC Zona da Mata, a disposição
813 para negociarmos e tratar de outros casos envolvendo aspectos sociais de entendimentos e em
814 acho realmente importante, e esse caso de Candonga eu espero que o acordo seja efetivamente
815 celebrado e que efetivamente possa trazer resultados positivos, uma sociedade que certa ou
816 errada foi atingida por entendimento que não teve alternativa, é um entendimento imposto é
817 assim que funciona, mas que tem que ser tratado e olhado com todo carinho, justamente em
818 função disso. Enfim, é isso agradeço a oportunidade. SÉRGIO – Ok Obrigado! Nós cumprimos a
819 pauta da manhã, agora o primeiro ponto eu gostaria de deixar para a tarde mesmo, que é o GT
820 de monitoramento da comunidade de Candonga é deixar para a tarde parece que a Roberta
821 estará aqui e a Consolação pediu para deixarmos para a tarde. E o segundo ponto de pauta
822 seria a distribuição de processos, aqui é só leitura que tem o processo da Floresta que envolve o
823 município de Carvalhos, relatório de implantação do PAS é a conselheira Tanit que vai ficar com
824 esse processo e a o de Posses que é do município de Carvalhos relatório de implantação do
825 PAS que é com a conselheira Edir. E aí outro ponto de pauta seria é a avaliação, se haverá
826 plenária em janeiro né, temos que negociar isso aqui. O que vocês acham? O que vocês pensam
827 disso? ISABELA – quero pegar uma consideração que o Volney está colocando ali que em
828 janeiro o nosso orçamento está fechando. Costuma abrir pelo dia 20, então a questão do
829 pagamento das diárias para deslocamento dos conselheiros fica realmente impossibilitada,
830 porque... SHIRLEY – mas esse pagamento pode ser feito depois? ISABELA – pode. Ele não tem

831 é pagar antecipado. SHIRLEY – não vejo isso como impedimento, acredito que poderíamos levar
832 em consideração se teriam um impacto se teria como fazer o trabalho, se teria como ser feito o
833 trabalho, eu não vejo razão para não ter. SÉRGIO – alguém tem alguma questão, pois não
834 Marcos. MARCOS – acho que tem que ver essa questão com os conselheiros que vêm essa
835 questão das vindas, e também avaliar se vamos fazer e uma parte está de fora viajando e de
836 recesso e não consegue da conta de vir e você tem uma plenária esvaziada, por mim eu não
837 tenho problema, dia 06 eu já estarei aqui novamente. ISABELA – da minha parte eu não vejo
838 problemas não estarei de férias, estou à disposição não vejo nenhum impeditivo. A reflexão que
839 temos que fazer é essa mesmo, para a plenária não ficar vazia. DENISE – eu queria saber para
840 que dia está marcada a plenária, eu perdi o calendário. SÉRGIO – dia 16 e 17. DENISE – é...
841 nesse caso, eu vou está de férias. SÉRGIO – então! SHIRLEY – qual é o costume dos outros
842 anos? SÉRGIO – a Shirley está perguntando qual é a pratica. De janeiro a plenária de janeiro é
843 sempre cancelada. CONSOLAÇÃO – eu só queria um esclarecimento, autoriza? Vocês me
844 desculpa só estava acompanhando o MP. A questão de janeiro é que até então a normativa
845 junto ao novo... Como chama? Contador que está lá na SEDESE a interpretação e a Mila já pode
846 até ajudar, não sei se já tem alguma coisa para o próximo ano nesse sentido, ele fala que não
847 tem como proceder diária sem empenho prévio como o sistema não abre em janeiro para pagar
848 a diária vencida eu não teria como fazer não sei se vai ter essa autorização, pode ser que a
849 gente consiga, mas eu falar agora em dezembro que eu vou conseguir isso eu não tenho essa
850 informação. Eu tentei buscar isso, falaram assim “eu não tenho essa informação”. ISABELA – a
851 Consolação tem razão realmente o empenho prévio está sendo levado com bastante rigor. Está
852 certo Consolação. SÉRGIO – nos temos dois impedimentos, os conselheiros que necessitam de
853 diária. Primeiro você teria que dispor dos recursos próprios da possibilidade ou não de ser
854 restituído. A segunda questão é que janeiro é um mês tradicional de férias e todos estão de
855 férias, esses dois motivos podem acarretar nos esvaziamento aí temos que decidir o que a gente
856 acha. Eu pessoalmente estaria aqui não tem problema. SHIRLEY – então eu volto a perguntar o
857 que foi feito nos outros anos. SÉRGIO – qual é a pratica dos outros anos? CONSOLAÇÃO – a
858 mais tempo atrás, ocorreram algumas plenárias, não é rotina de ter, mas a gente conseguiu o
859 ressarcimento, porque é ano a ano que é aplicado as normativas, e já teve vários casos da gente
860 não fazer a plenária de janeiro. Inclusive ano passado nos fizemos duas próxima, a gente puxou
861 a de fevereiro inicio para pegar como se tivesse aberto o sistema, então a gente verificar nisso, é
862 um sistema não e o conselho, orçamento é a abertura disso. SÉRGIO – e quando houve foi
863 esvaziada, deu quórum. CONSOLAÇÃO – sempre há o esvaziamento como hoje né, a gente
864 encontra a plenária. SÉRGIO – bem então vamos decidir. O que vocês acham? CONSOLAÇÃO
865 – a Mila iria falar. SÉRGIO – Mila. MILA – queria falar que a principio não tem essa
866 disponibilidade sem empenho prévio da diária, a não ser que seja autorizado feito uma
867 solicitação à SEPLAG, mas a principio não. SÉRGIO – então vamos colocar em votação, quem é
868 a favor do cancelamento da plenária de janeiro, 16 e 17 suspende o... (falas ao fundo). É e quem
869 é a favor. Alguém se abstém. Então como foi o resultado, ficou adiada então. Pois não! (falas ao
870 fundo) a mesma situação. ADRIANA – Eu queria saber só se a reunião da comissão temática é
871 vinculada a questão de ter a reunião da plenária. SÉRGIO – é a mesma situação. São os
872 mesmos impeditivos. CONSOLAÇÃO – não é vinculado para acontecer, pode-se chamar até
873 extraordinariamente uma reunião de comissão, poderia ter mais se tiver necessidade, mas para
874 isso entra na questão de ter, toda comissão tem conselheiro do interior. SHIRLEY – e ficando
875 adiado vai tirar uma nova data. Segue o calendário. SÉRGIO – Ok, então decidido isso,
876 podemos passar para as comissões temáticas, a primeira até gostaria que fosse a de orçamento
877 e gostaria que fosse pela manhã, porque a tarde não estarei presente a Mila que vai apresentar
878 (falas ao fundo). Que é que vai sair à tarde? (falas ao fundo). Quantos estamos aqui? Mas se
879 chegar agora no final da manhã dá para aprovar. Então vamos. MILA – vocês querem que
880 comece a aprovar a de orçamento mesmo ou vocês querem passar para outra antes? SÉRGIO –
881 A próxima aqui está política, quem é a pessoa. SHIRLEY – bom! Bom dia, no caso aqui nós
882 temos o primeiro ponto. Shirley do conselho de Sarzedo. Nós temos o primeiro ponto que foi em
883 comum com a comissão de normas, foi a analisa da resolução CIB 10/2013, que dispõe sobre o
884 desenho das regiões de assistência social que organza o território estadual e regiões,
885 microrregiões de assistência social, com a identificação para orientar a implantação de serviços
886 de proteção social, de caráter regional nos municípios sede, pólos e municípios de abrangência
887 para deliberação do CEAS. É primeiro eu quero perguntar eu preciso ler tudo ou eu posso
888 apresentar. Isso! tá, no caso foi a apresentação da CIB, de acordo com a apresentação da Ana
889 da SEDESE, com a proposta de que sejam criadas as RAS, que são as regionais que serviriam
890 para embasar o trabalho técnico, porque já existe as regionais administrativas. E essas regionais
891 elas facilitariam a implantação da regionalização, seria o primeiro desenho e com base nas
892 referencias legais e na discussão que foi feita, chegou-se a conclusão de que essas RAS seriam
893 interessantes. No caso aqui a síntese da discussão a comissão teve a participação da Ana
894 Cláudia da SEDESE que atua no estudo da implantação do serviço de regionalização e a mesma
895 esclareceu o texto confuso da resolução do tempo, destacando que as regionais administrativas

896 da SEDESE não atendem as necessidades da política de assistência social, por isso foram
897 pensadas a criação das RAS. As RAS têm como objetivo de operacionalizar a regionalização e
898 descentralizar a implantação. A regionalização encaminha para a implantação do SUAS devido
899 ao grande número de municípios segundo a Ana o acolhimento da regionalização irá fortalecer a
900 família acolhedora, e a referência do processo que está sendo iniciado. Uma coisa que ficou
901 muito clara que as RAS estariam dentro das regionais que tem hoje. Então a mesma regional
902 que está dentro de Governador Valadares que é a maior e seria dividido em várias regionais e o
903 critério inicial seria por comarcas. E nesse caso foi feito a aprovação com indicação com
904 melhoria da redação. Seria isso. ISABELA – vocês vão apresentar a melhoria da redação? Ahhh
905 tá. SHIRLEY – pode continuar? O ponto 2 também foi discutido juntamente com a comissão de
906 normas é a analisada da minuta da resolução do CEAS que altera a resolução 366/11 que
907 aprova diretrizes para organização de serviços regionalizado de proteção social especial de
908 média e alta complexidade no âmbito do sistema único de assistência social. Temos ai os
909 embasamentos legais e a discussão foi após a leitura do documento como um todo é que no
910 artigo 1º se verificar critérios para participação dos municípios nos serviços regionalizados, a
911 distancia entre os municípios não supere 100km ou duas horas de deslocamento. Aqui foi
912 esclarecido que ao contrário do que se pensava, não se pensava em ampliar essa possibilidade
913 que se tivesse acesso a mais de 100km e duas horas, sendo que restringir seria a questão no
914 caso de abrigo de alguém que tem que ser acompanhado pela família. Então essa
915 discussão foi para esclarecer essa finalidade e apagando dúvida. Então a finalidade é realmente
916 restringir para que atenda o acompanhamento da família que realmente precisa ser abrigada. É
917 no artigo 3º foi incluída compartilhada entre estado e municípios dada à necessidade de destacar
918 a responsabilidade é também do município em conjuntamente com o Estado, já previsto na
919 LOAS. Aqui teve também a discussão de que como seria esse compartilhamento, pensou-se na
920 possibilidade de ter uma porcentagem, alguém dessa natureza, mas chegou-se a conclusão de
921 que já temos normativas, inclusive a própria NOB/SUAS 2012 que prevê este compartilhamento
922 como são feitos tecnicamente e não seria necessário isso e se for o caso futuramente volta-se a
923 essa discussão. É sugeriu-se melhorar o item 2 do inciso 1 do artigo 4º porque entendeu-se que
924 a capacidade instalada não é de acordo com o numero de municípios mas seria identificado a
925 partir do diagnóstico, aqui foi com base no que a Ana esclareceu, porque seria com base no
926 numero de municípios, a idéia não é essa a idéia é de acordo com a demanda que o município
927 teria, então foi feita essa proposta de fazer essa modificação. É ainda no artigo 4º inciso 2 item B
928 foi esclarecido que entre os critérios do município para vincular o serviços regionalizados PSE de
929 média complexidade, terá estruturado o CRAS e o modulo de avaliação deste serviço será o
930 IDCRAS, sendo utilizado pelo MDS que avalia estrutura física, RH, horário de atendimento e
931 atividades oferecidas e que foi escolhido uma nota mediana que já havia sido desenhada para os
932 municípios mais frágeis, dessa forma os critérios não podem ser de patamares mais baixos,
933 porque correm-se o risco de excluir municípios que precisam do serviço. Foi uma questão que foi
934 perguntada como nota do RH que foi colocada com peso, e discutiu-se se não seria uma
935 precarização do serviço para uma equipe que faria um serviço a mais. Mais aí a pergunta foi
936 exatamente essa, está se iniciando um serviço, e temos que pensar naqueles municípios que
937 não tem nenhuma estrutura e não teríamos condições de colocar isso sem excluí-los então por
938 isso, é dessa forma. Os critérios não podem ser impeditivos porque os municípios precisam
939 destes serviços e a regionalização precisa do serviço no município. Com relação à central de
940 vagas, foi falado que essa deve ser uma ferramenta após a regionalização. E o conselho tutelar
941 deverá ter autonomia para garantir que serão usadas as vagas quando surgidas. Aqui falou-se
942 da questão da necessidade de justamente nos finais de semana em situações de urgência e que
943 seria necessário acessar e o conselho teria essa prerrogativa. É o encaminhamento seria
944 aprovar a nova resolução com a proposta de alteração de redação, trocando inclusive a palavra
945 reestruturação, para restabelecimento no artigo 2º, porque lá fala reestruturação de vinculas e a
946 trabalhamos com restabelecimento de vínculos e no artigo 4º letra B parágrafo único, alterar
947 conforme citação na proposta a alteração da resolução. Revogando a resolução CEAS para
948 fazer uma nova, porque teve muita modificação, nesse caso revogar para fazer uma nova em
949 cima disso. Até ai tudo bem! SÉRGIO – ok, alguém tem alguma questão. ISABELA – uma
950 pequena dúvida, você falou da questão do RH para regionalização de media complexidade, você
951 falou de media e da alta. SHIRLEY – é porque lá está previsto que haveria acompanhamento
952 nesse caso do CRAS, mas se pensava na questão da precarização, mas chegou-se a conclusão
953 de que tem que haver uma discussão mais profunda. Pode continuar? No ponto 3, apuração da
954 denúncia de acumulação de três cargos ocupados pela assistente social Luciana Angélica da
955 Costa Duarte na prefeitura, 1 na prefeitura e dois em duas ONG's, no mesmo ofício de n. 50 a
956 Secretaria Municipal de Assistência Social de Pitangui responde sobre os questionamentos do
957 CEAS, sobre os vínculos de trabalho da assistente social requeridos no ofício 244/13 do CEAS
958 conforme deliberado em 22/08/13. Aqui quando fizemos a conferência dos documentos, o que se
959 percebeu foi o seguinte, a assistente social assinou o contrato com a APAE em 1º/03/2013, na
960 prefeitura ela assinou o contrato em 1º/03/2013 com duração até 31/12/2013, na entidade

961 Fundação Padre Américo, ela assinou contrato em 1º/10/2012, com encerramento em
962 30/07/2013, então houve uma intercessão entre 1º/03/2013 até 30/07/2013, que ela teve três
963 vínculos empregatícios. Considerando que foi enviada a baixa da carteira de trabalho da
964 Fundação Padre Américo já constando o desligamento em 30/07/2013, então, nesse momento,
965 existem dois cargos, um da prefeitura e outro da APAM. Para maiores esclarecimentos da
966 relação entre a prefeitura e a entidade e dar maior transparência, faz-se necessário solicitar a
967 entidade uma cópia do contrato do convênio que a entidade atua de forma independente da
968 prefeitura e que a relação existente é em relação de contrato e convenio. Como seria isso? É
969 também está sendo questionado se a prefeitura tem uma entidade ou se é uma parte que tem o
970 convênio. Então como forma de transparência até para quem fez a denúncia, esclarecimento
971 mesmo, assim cogitou ter acesso a este contrato e como parte da resposta que deve ser
972 encaminhada, então encaminhar ofício à entidade APAM a fim de encaminhar cópia de
973 convênio, embora não tenha colocado, tínhamos falado de dar resposta também a quem fez a
974 denúncia na questão da vaga de emprego que não tem mais aquele acúmulo de três vagas, ela
975 está somente em dois. SÉRGIO – alguma dúvida em relação a este ponto? SHIRLEY – bom!
976 Com relação ao ponto 4 gestores dos municípios mineiros relataram várias inconsistências e
977 irregularidades que ocorrem na gestão do Bolsa Família e que dificultam a gestão intermunicipal.
978 Esse levantamento foi realizado durante a capacitação da gestão e a operacionalização do
979 programa bolsa família. Realizada pela SEDESE em parceria com a Secretaria de Saúde e
980 educação, no período de 17 a 19 de setembro e enviada ao CEAS por meio de ofício através do
981 qual solicita intersecção junto aos órgãos necessários, com vista a garantir junto aos órgãos de
982 trabalho municipal e direito das famílias beneficiárias. Então veio uma lista com todas as
983 dificuldades que os municípios têm encontrado para poder acessar o sistema do programa bolsa
984 família. Quando fomos lendo, o que nós percebemos é que existem vários problemas no
985 sistema, era inconsistente, é rede que cai, problemas com relação ao município. Verifica-se que
986 há necessidade de diálogo com a caixa, necessidade de estabelecimento de fluxo de guias de
987 pagamento, necessário o gestor conversar para tentar sanar o problema. Ou seja, percebemos
988 que por questões técnicas que tem haver com o próprio Ministério, tem questões de trabalho
989 com a própria caixa, a forma de atendimento que a própria caixa pode ser modificada, tem
990 questões de atendimento de fluxo que possa ser feita com gestor municipal que possa ser feito
991 com fluxo com a caixa. Pessoas que não conseguem sacar com cartão antigo, e os cartões que
992 chegaram na caixa e não foram entregues. São coisas que verificamos que precisa de
993 orientação para resolver. E aí o encaminhamento seria de que o encaminhamento de ofício para
994 o conselho nacional e para os conselhos municipais, informando o que poderia ser feito.
995 Encaminhar ofício à SEDESE solicitando uma construção de fluxo, entre caixa econômica
996 federal e os gestores municipais, então seria uma orientação de que a SEDESE fizesse esse
997 encaminhamento junto aos gestores municipais, para que eles criem esse fluxo para evitar esses
998 desencontros. E encaminhar ofício para o MDS, Ministério da Educação e da saúde e a própria
999 caixa com as dificuldades encontradas nos serviços citados tipo de assistência. SÉRGIO –
1000 algum esclarecimento sobre isso? VOLNEY - Seria apenas encaminhar essa demanda ao CNAS
1001 que é o órgão de controle social, junto ao MDS, ou seria competência da SEDESE fazer essa
1002 interlocução. Eu não entendo. SHIRLEY – não. Nesse caso, foi pensado em relação mesmo de
1003 estabelecimento de fluxo. Porque o conselho ele fala de serviço de modo geral. Pensou-se em
1004 estabelecer um fluxo. Dá uma orientação nesse sentido. VOLNEY – mais isso não compete ao
1005 Estado de Minas não? Compete? ISABELA – da orientação? VOLNEY – da questão de mandar
1006 para a Caixa para estabelecer esse fluxo. SHIRLEY – acho que você está confundindo. São
1007 coisas diferentes. ISABELA – a minha colocação é a seguinte, eu não vejo a necessidade de
1008 enviar ofício para os ministérios. Pode ser enviado ao CNAS e para a SEDESE no sentido de
1009 ação que é papel da SEDESE que é de dá apoio a gestão do Bolsa Família para os municípios,
1010 mas para os Ministérios eu não vejo muita necessidade. SHIRLEY – no caso ai foi até uma
1011 sugestão que a Consolidação havia dado de encaminhar ao conselho nacional e aos órgãos e
1012 tinha essa dúvida se seria o caso por conta da questão da inconsistência. Eu digo assim, se
1013 mandar para o conselho nacional se será resolvido essas questões de sistema. De atendimento
1014 da caixa, essas coisas. ISABELA – eu acho que o conselho nacional como é acima para fazer a
1015 interlocução com o governo federal, o CEAS fazendo essa comunicação eu acredito que seja
1016 suficiente ai fazendo a comunicação com o órgão gestor estadual que é co-responsável.
1017 CONSOLAÇÃO – estou dizendo que o ofício chegou da SEDESE dizendo que ocorreu isso. A
1018 única questão dela em relação à SEDESE é esse fortalecimento. Agora não impede ao conselho
1019 enviar ao MDS, pois como lá está separado, por eixos, a gente pode pedir esclarecimentos
1020 diretos, inclusive você pode mandar com cópia ao conselho nacional dizendo que fizemos essa
1021 demanda e que eles ajudem nesse esclarecimento. Agora não impede a gente saber qual é a
1022 intenção, se a gente for sabendo a gente manda diretamente para o órgão em questão. Se eu
1023 quero acionar o conselho nacional, como órgão de controle e que ele fique atento a essas
1024 questões sendo que um não inviabiliza o outro no sentido desse esclarecimento que estava
1025 falando da necessidade do ofício e outra para esclarecimento direto, nós recebemos isso, vocês

1026 estão sabendo disso, isso está acontecendo. Nós órgãos de controle social do Estado, estamos
1027 apontando isso para vocês e eles dão essa resposta. Aciona o conselho nacional e olha
1028 conselho nacional, nós fizemos essa ação então vocês também observem se em outros estados
1029 inclusive se isso está ocorrendo ou se é só no Estado de Minas Gerais. ISABELA – são quantos
1030 municípios? CONSOLAÇÃO – lá não fala o total de municípios não, na hora fala que apresentou
1031 na capacitação, diversas, e levantou uma serie de dados, dessas inconformidades. SHIRLEY –
1032 foi a capacitação do bolsa família que ocorreu em setembro. Então são muitos. VOLNEY –
1033 Isabela eu estive nas capacitações os cinco dias e generalizado o problema e eu queria sugerir
1034 Consolação que seja colocado um encaminhamento para que daqui a 90 dias após a expedição
1035 se a plenária acatar que a gente cobrasse uma resposta se não der a resposta, porque é muito
1036 grave o que os municípios denunciaram. CONSOLAÇÃO – todos os ofícios do CEAS são
1037 monitorados nesse sentido a gente cobra retorno, tem uma pessoa né Raquel responsável por
1038 essa cobrança. SÉRGIO – Então como ficaria o encaminhamento, ficaria assim mesmo mudaria,
1039 qual é a sugestão da plenária? ISABELA – tendo em vista a explicação eu estou de acordo não
1040 sei. SÉRGIO – alguma dúvida sobre estes encaminhamentos aí? Então ok então! SHIRLEY – o
1041 ponto 5 já foi falado e não vamos falar sobre ele, o ponto 6 foi uma apresentação de denúncia de
1042 trabalho infantil em Pizzaria na cidade de Arceburgo, foi um e-mail recebido em 11/11/2013, na
1043 verdade foi ontem a gente estava na comissão e chegou, então nós fizemos a apreciação por ter
1044 acabado de chegar. Denúncia de trabalho infantil na pizzaria Cuca Fresca localizada na praça
1045 Colono de Paula Borges, 209, onde 5 crianças ou adolescentes, não identifica a idade,
1046 trabalham diariamente com avenida de bebidas e cigarros a noite numa jornada de 18 horas, até
1047 o termino das atividades do comercio, normalmente após as três horas da manhã. Relata que
1048 não há contrato de trabalho formal, nem salário fixo e que essas crianças recebem por dia
1049 trabalho e comissões, acrescenta que não é atuação do conselho tutelar e que inclusive são
1050 clientes da pizzaria. E uma das responsáveis pelo estabelecimento é vereadora, o marido é ex-
1051 vereador, ex-prefeito e a polícia é indiferente a essa realizada já que os proprietários da pizzaria
1052 são parentes, irmãos, cunhados e vizinhos do sargento do município. Solicita fiscalização ou
1053 encaminhamento aos órgãos responsáveis, considerando que obrigação do conselho a apuração
1054 de qualquer denúncia, principalmente quando existe possibilidade de ferir os direitos da criança e
1055 do adolescente conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e na CF/88
1056 artigo 7º proibição de trabalho noturno e aos menores de 18 e de qualquer trabalho aos menores
1057 de 14 salvo na condição de menor aprendiz. Sugestão técnica, enviar ofício aos conselhos
1058 municipais e ao conselho estadual da criança e do adolescente para apurar as irregularidades
1059 tratadas na denuncia. Então aqui a gente percebeu, que foi o seguinte, tem uma situação que
1060 precisa ser investigada e por ser uma questão de investigação decidiu-se por enviar o ofício ao
1061 conselho municipal, solicitando averiguação do que está acontecendo e ao CEDCA para apurar
1062 com relação à questão da criança e do adolescente. RODRIGO – queria fazer uma gestão de
1063 enviar se possível ao Fectipa pra monitoramento e números também, sabendo que tem
1064 envolvimento de autoridades e ex-autoridades, então a extensão para os conselhos, mas
1065 também ao Fectipa, pois tem outras articulações e se tiver mediação de forças e os conselhos
1066 fiquem sabendo que a rede é muito maior. Obrigado! CONSOLAÇÃO – Eu só queria esclarecer
1067 o seguinte. Como é uma possível denuncia e estamos em apuração à gente não encaminharia
1068 para um Fórum para tomar alguma medida a não ser que fosse comprovado para falar o que se
1069 pode fazer em ações conjuntas como é um momento de apuração, eu acredito que só cabe aos
1070 dois conselhos. ISABELA – e o conselho da criança do adolescente do município? Que faz essa
1071 comunicação. Entendi, É porque no caso o conselho vai apurar e fazer a denúncia formal ao MP.
1072 SÉRGIO – É Rodrigo é isso, que contempla, então fica o encaminhamento esse. Então minha
1073 gente foram 5 pontos, na verdade 6, mas um a gente já tinha apreciado, os encaminhamentos
1074 todos concordam com os encaminhamentos da comissão de política, então OK! Então vamos
1075 para outra comissão, vamos seguir né. (Falas ao fundo). A gente justificou a ausência do
1076 Marcos, mas ele pode estar presente, então ele. MARCOS – deixa-me aproveitar antes de
1077 começar, só para clarear, é porque na verdade ontem e tive um problema de uma agenda em
1078 Barbacena. Tive que ir e acabei justificando. Acho que não coloquei claro, no e-mail, mais era só
1079 para as reuniões das comissões que não poderia estar presente. SÉRGIO – Então vamos lá!
1080 Vamos Adriana. ADRIANA – estou esperando aparecer lá. Pode ser? Porque o que cita no ponto
1081 1 é a apresentação das modificações não é isso, Volney? No ponto 1 ficou a apresentação das
1082 modificações, é! Então não precisa, pode passar! Pode né? Então o ponto 2 planejamento da
1083 comissão de normas para 2014, já foi, não gente! Então pronto, aí o Ponto 3 foi o ponto comum
1084 com a comissão de política, junto com a comissão de política e normas que já foi apresentado
1085 pela Comissão de Política, então assim nós tínhamos três pontos, os dois primeiros pontos já
1086 foram apresentados, aqui nessa plenária, numa apresentação. Um diz respeito sobre o processo
1087 de preenchimento de vacância do conselho estadual de assistência social, já houve
1088 apresentação e já foi apreciado, o segundo ponto era o planejamento da comissão de normas
1089 para 2014 e também já foi apresentado e apreciado pela plenária e aprovado, o terceiro ponto
1090 era um ponto comum da comissão de política que diz respeito à resolução CIB de 2013 e já foi

1091 apresentado pela comissão de política contemplando o nosso parecer, então os nossos três
1092 pontos, estão esclarecidos. Que 4? O 4 vamos lá. Análise da minuta da resolução CEAS 366,
1093 também já foi discutido e apresentado pela comissão política. Certo! Ok! SÉRGIO – Então
1094 vamos para a comissão de apoio. HERMELLIS – Então o ponto 1 foi o CMAS de Santos Dumont
1095 que solicita reunião com o CEAS para retirar dúvidas da prestação de contas daquele município
1096 após a mesma não ter sido aprovada na plenária do conselho municipal. Então veio agendar
1097 reunião com o CMAS aqui no CEAS e com a participação de um conselheiro na comissão de
1098 apoio e outra da comissão de orçamento. Encaminhamento é a indicação do Sr. William de Sá
1099 para representar a comissão de apoio na reunião considerando que o mesmo não necessita de
1100 diárias que é de BH. Solicitar ao CMAS de Santos Dumont as principais dúvidas por meio deste
1101 relatório etc., para que haja conhecimento prévio e maior eficácia no atendimento. SÉRGIO – a
1102 comissão de orçamento, a gente fez uma discussão e sugerimos a Andréa porque é a pessoa
1103 que tem experiência na prestação de contas. É e aí agora a gente não tinha fixado a data porque
1104 necessitaria a secretaria executiva para organizar isso. Então será a Andréa. William pela
1105 comissão de apoio e Andréa pela comissão de orçamento. Há! Se eu William de Sá indicado
1106 pela comissão de apoio e a comissão de orçamento indicou esse mesmo caso à Andréa porque
1107 ela tem experiência na prestação de contas, então seria Sr. William na comissão de apoio e
1108 Andreia na comissão de orçamento. VOLNEY – uma dúvida só o Sr. William me parece que o
1109 mandato dele vai se encerrar em função do CMAS em janeiro já é o novo mandato?
1110 CONSOLAÇÃO – aí vamos verificar e a secretaria executiva se compromete a olhar a agenda
1111 dos municípios e escolhe-los para que esse atendimento seja feito aqui, sempre com
1112 acompanhamento da secretaria. HERMELLIS – nesse ponto marcar uma reunião para o próximo
1113 mês em janeiro, não teria problema, mas visto que não temos a plenária, então independe, ok!
1114 Então ponto 2 CMAS de Caratinga juntamente com a secretaria municipal de assistência social,
1115 solicita capacitação para entidades do terceiro setor de Caratinga e uma instrução com relação a
1116 inscrição de entidades do CMAS, e tem um resolução da CONAB que dispõe sobre a destinação
1117 de alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos.
1118 Encaminhamento informar oficialmente ao CMAS a disponibilidade do CEAS em realizar
1119 orientação sobre inscrição de entidades aqui na sede e reuniões fora da sede que visam
1120 capacitação e orientação podem ser demandas por meio das URCMAS. Alguma consideração.
1121 SÉRGIO – alguma consideração? HERMELLIS – por último só para lembrar do prazo de
1122 preenchimento do censo SUAS que foi alterada a gestão do município, que seria até 29 de
1123 novembro e os demais preenchimentos se encerram hoje e a partir de amanhã, inicia-se o
1124 período de retificação, com termino no dia 20/12. SÉRGIO – então aprovados os
1125 encaminhamentos da comissão de apoio? Ok! Então aprovados os encaminhamentos da
1126 comissão de apoio. Aí agora vamos para o último ponto da nossa pauta, aí reunião se encerraria
1127 agora pela manhã se vocês concordarem que é o GT de monitoramento de Candonga que seria
1128 o nosso último ponto de pauta e aí encerraria essa plenária. MILA – vai ficar faltando à reunião
1129 do orçamento. SÉRGIO – pois é. É, mas não tem quórum, não adianta. Eu pedi para ligar e elas
1130 estão impossibilitadas de vir, Então não vai ter quórum e a tarde seria a mesma questão, vai
1131 continuar, então não tem como infelizmente, ok! Então seria agora o GT de monitoramento, eu
1132 queria que a conselheira Isabela. ISABELA – trouxe uma síntese que o grupo de monitoramento
1133 elaborou é uma planilha em Excel. Eu criei uma pasta Candonga, esse em Excel. Então só para
1134 contextualizar um pouco antes de apresentar o relatório, é a gente fez uma reunião, tinha sido
1135 agendada uma reunião pelo empreendedor para o dia 05 de dezembro, onde teríamos alguns
1136 esclarecimentos do empreendedor sobre o cumprimento do PAS, pelo consórcio. E o grupo de
1137 monitoramento fez uma reunião uma semana antes desse encontro com o empreendedor, para
1138 fazer análise dos últimos relatórios apresentados, o grupo de monitoramento tinha sido até o
1139 mês de abril. Então tivemos relatórios dos últimos seis meses para analisar e em cima das
1140 análises nós fizemos a consolidação de alguns pontos de dúvida que queríamos que o consórcio
1141 esclarecesse em alguns pontos. Vou passar pelos pontos é para a gente ir conversando, pois vai
1142 ficar mais claro. Vou dizer o que a gente percebeu com a análise do relatório e vou fazer um
1143 relator do consórcio da reunião que tivemos no dia 05/12. Bom, então em relação ao primeiro
1144 eixo da inclusão produtiva, é relativa à comunidade de Sete Quedas ela teve uma serie de ações
1145 que foi até apresentada um pouco mais cedo pelo MP, que era sobre a regularização e
1146 expansão de terras para a expansão produtiva na comunidade de Sete Quedas, a contratação
1147 da EMATER para desenvolver estudos, sobre qual seria o melhor aproveitamento para a
1148 comunidade. Isso já tinha sido definido que seria a produção bovina de leite, não
1149 especificamente e foi feito um contrato coma EMATER para que ela continue assessorando os
1150 moradores para conseguir de fato expandir a produção deles e fazer compensação no campo da
1151 ativação produtiva. Vou pedir para aumentar porque não estou enxergando. Então por meio da
1152 análise do relatório, ficamos em dúvida com relação à aquisição em relação às terras que era um
1153 ponto que estava faltando, mas já tinham sido contratado e definido a atividade o que está
1154 faltando é comprar as terras e passar para os moradores de Sete Quedas. Os terrenos são de
1155 12ha conforme a promotora colocou mais cedo. É já foi identificado esses terrenos com ajuda da

1156 própria EMATER, com a produção que será feita ali e que o consorcio informou que o processo
1157 está correndo normalmente e que em novembro já tinham sido feita a negociação com o
1158 proprietário dessas terras e eles acreditam que vai ser resolvido tudo até 31 de dezembro que é
1159 o prazo dado pela resolução do PAS. O que solicitou que no próximo relatório eles apresentem o
1160 contrato de compra e venda aprovando a aquisição dos terrenos e o protocolo no registro de
1161 móveis para comprovar a regularização, pois não terá tempo de cumprir tudo até 31/12 e com
1162 esse protocolo de inicio, a gente entende que a questão está sendo solucionada. Então esse é o
1163 primeiro ponto. Em relação ao segundo ponto. Pelas informações que o MP trouxe mais cedo,
1164 vão muito com relação às análises que foram feitas da conversa que tivemos com o
1165 empreendedor. Então nisso acho que a gente fica bem mais seguro com relação a essas
1166 informações que foram repassadas, mas ainda tem o relatório para o final. O empreendedor vai
1167 apresentar. É então outro ponto de inclusão eram os cursos, que seriam ofertados para
1168 comunidade de Soberbo e o primeiro ponto que percebemos no relatório é a incompatibilidade
1169 em relação aos dados. Eles colocaram uma carga horária de 160hs para um curso que foi dado
1170 em seis dias. Então daria 27hs por dia de curso. Uma questão inexequível. E aí conversamos
1171 com o consórcio nesse dia eles explicaram que pela resolução e de fato houve uma adequação
1172 na carga horária ele durou realmente 6 dias e já se encerrou e os moradores se sentiram
1173 contemplados com o curso e com essa duração. Então eles vão fazer essa retificação no
1174 relatório com relação à carga horária, mas entendamos que está cumprido e estava sendo no
1175 período do relatório estava em previsão um curso de panificação e confeitaria, estava sendo
1176 previsto para encerrar em novembro e eles informaram que dia 22 vão apresentar as
1177 comprovações no próximo relatório e os outros cursos que estavam sendo previstos para antes
1178 deste período eles já haviam apresentados as comprovações, então para esse eixo de inclusão
1179 produtiva da comunidade de Soberbo está praticamente tudo cumprido. Aí o próximo ponto é a
1180 extensão de quintas. Estava tendo algumas e tiveram algumas conversas entre a SEDESE, a
1181 presidente do conselho, Juanita, e o consórcio, porque nesse caso como a promotora colocou
1182 nesse caso mais cedo a ideia inicial era comprar um terreno para aumentar o quintal e eles
1183 terem espaço para plantar só que esse espaço sendo um morro tornar-se inviável fazer a
1184 aquisição deste terreno, fazer loteamento e definiu pela indenização, e o que estava sendo
1185 conversado pelo consórcio eram os valores de indenização. Os valores já foram definidos por
1186 meio de uma empresa que a SEDESE contratou para fazer avaliação do valor de mercado,
1187 então o consórcio já está com o valor certinho, já pediu a documentação para os moradores e
1188 fazer os pagamentos certinho e a previsão é para que sejam pagas até 31/12. Aí a promotora
1189 colocou uma questão do aumento do valor da indenização, Então por meio do acordo que está
1190 sendo firmado, que só contribui é positivo para os moradores, em relação ao PAS, que está
1191 sendo feito e está sendo cumprido para além. Só tem essa questão do, pelo que o MP colocou
1192 eles irão pagar indenização para algumas outras pessoas Consolação é isso, para além do que
1193 está previsto no PAS, essas outras pessoas vão ter o pagamento para até agosto do ano que
1194 vem, mas essas pessoas estão previstas no PAS, estou entendendo que vai ser cumprida até
1195 31/12. CONSOLAÇÃO – o valor do que eu entendi também. O valor do conselho é em
1196 dezembro, a diferença até agosto. ISABELA – é em agosto do ano que vem, mas aí com relação
1197 ao PAS. Vamos esperar o relatório final, mas parece que está tudo tranquilo. Outro ponto com
1198 relação à questão da água tinha realmente um problema em relação ao poço 1 que já existia e já
1199 havia sido perfurado, a qualidade da água é muito ruim. O Consorcio tentou fazer vários tipos de
1200 tratamento, vários tipos de intervenções para melhorar essa questão e não foi possível e acabou
1201 que eles já perfuraram o poço n. 5 e estão usando o poço n. 1 só para consumo normal
1202 irrigação, gado e outras questões. Já haviam contratado para avaliar a questão da água nesse
1203 poço 5 que está sendo feita por uma consultor indicada pela COPASA e esse relatório vai ser
1204 apresentando num próximo relatório final do consorcio, mas que tudo indica que a qualidade da
1205 água vai ser positiva, eles já possuem outros poços. Poço 3 desculpa que está em
1206 funcionamento, então fica no total 5 poços de monitoramento aguardando para atender a
1207 questão da água, então pelo que está descrito no PAS, parece que vai atender a questão da
1208 água. No momento só análise da qualidade da água. É em relação a registro dos imóveis, eles
1209 apresentaram a relação. Ah tá! Em relação aos reparos dos imóveis eles apresentaram no
1210 relatório é as informações um pouco fragmentadas e eles trouxeram para nós informações por
1211 tipo de reparo então a questão do reposicionamento da cozinha que a promotora colocou, tem
1212 esses ajustes porque as obras não foram bem feitas à época então o que era estrutural eles
1213 estão adequando, então ficou um pouco confuso, nós não entendemos que no total de casa que
1214 são 123 que foram previstas para receber os reparos quantas de fato tinham finalizado e quantas
1215 estavam por finalizar. Na reunião eles informaram pra gente que somente 6 casas anda não
1216 tinham finalizada a reforma, mas que provavelmente seriam feitas no prazo, mas tinham alguns
1217 casos excepcionais que eles colocaram para nós, que já eram de conhecimento do grupo de
1218 monitoramento. Tem uma das casas que o morador tem uma questão de saúde mental, tem
1219 outras questões que não estava sendo possível tirar. Vai ficar pronto até dia 31 de dezembro que
1220 tipo de ação tem sido feita porque uma hora os moradores têm que ser beneficiados ou que

1221 tenham um acordo deles que não vão receber o reparo, como isso vai ficar, mas o que tudo
1222 indica é que está indo bem. Com relação às caixas d'água é o que está previsto no PAS é a
1223 questão da limpeza das caixas d'água pela questão que a promotora colocou aqui, é que a
1224 qualidade da água estava sendo fornecido aos moradores era muito ruim, estava sendo juntado
1225 muito barro e as caixas d'água estavam imundas, saindo água turva da torneira e tudo. E já no
1226 início do ano o consórcio já tinha feito à limpeza e os moradores constataram e o grupo viu que
1227 não era suficiente, continuou sujando a caixa d'água e eles não sabem como limpar e foi acordo
1228 com o consorcio que eles enviaram o material com as instruções ensinando os moradores a
1229 fazer a limpeza no dia que fossem lá e seriam acompanhados pelo morador e depois enviariam
1230 esse material. A gente pediu para eles mandarem as comprovações de que eles mandaram o
1231 material, mas o anexo não estava lá, mostrar qual que foi o material enviado e tiveram alguns
1232 moradores que recusaram a entrada deles para fazer a limpeza da caixa d'água então também
1233 que eles comprovassem quais foram os moradores que recusaram e ai o último ponto é em
1234 relação ao registro dos imóveis. O registro dos imóveis é uma das ações que estavam mais
1235 adiantadas dentro do PAS até pela interveniência do Ministério Público que já vinham
1236 pressionando eles por essa situação, nessa questão já tinham regularizado do universo 149 e
1237 tem só 14 pendentes desse uma parte se eu não me engano 5 moradores não apresentaram a
1238 documentação para fazer a regularização e o consórcio tem feito comunicados e a gente pediu
1239 para eles mandarem a comunicação formal, virou processo na justiça, tem levado outras
1240 questões e pedimos para eles enviarem a documentação que o consórcio tem feito alguma coisa
1241 para regularizar os outros são pendências no terreno, então teve que contratar empresa para
1242 fazer mediação, então é um processo que está correndo a gente pediu para eles mandarem
1243 comprovantes da ação para regularizar essas questões, bom então assim de modo geral é isso é
1244 como falei pela apresentação do acordo Ministério Público tranquiliza mais anda a gente porque
1245 para além do PAS assim a comunidade tem um ganho bacana no final da história que não
1246 termina mas pra eles não termina, mas o que compete ao CEAS nosso acompanhamento a
1247 gente pode a gente vai ter o relatório final parece que vai cumprir tudo bem. A nossa proposta do
1248 grupo de monitoramento a gente combinar com eles o prazo para envio do último relatório e a
1249 gente pediu a eles para enviar dois relatórios, um relatório mais conciso que vai ser referente aos
1250 meses de novembro e dezembro para facilitar a análise do grupo, pois a gente não tem que ficar
1251 analisando tudo que já foi feito ao longo do ano que o grupo analisou já está analisado a gente
1252 tem que ver se essas pendências. Temos que ser bem objetivos e de qualquer forma é para
1253 enviar o relatório completo de todos esses anos um portfólio mesmo, até para arquivo do CEAS
1254 que vai incluir todas as comprovações do que foi feito ao longo do acompanhamento do PAS.
1255 Eles irão enviar tanto em meio físico, quanto em meio digital para o conselho; Sendo previsto
1256 uma viagem para o primeiro trimestre de 2014 para ir lá na comunidade e conversar e verificar
1257 que de fato tudo que foi identificado no relatório é como diz verificar isso junto aos moradores
1258 que são a outra parte interessada da história. Bom, então é isso. Alguma questão? SÉRGIO –
1259 ok! Alguma questão? ISABELA – já deu para esclarecer bastante coisa. ADRIANA – eu só fiquei
1260 na dúvida porque ali na questão da água o encaminhamento apresentado pela manhã foi
1261 diferente né. ISABELA- é porque a proposta do MP vai para além do PAS (vozes ao fundo). Não
1262 é divergente, mas vai para além. ADRIANA – Não, muda. Porque ali estava um acordo de limpar
1263 a caixa d'água, e foi apresentado é que vai ser dado o recurso para higienização para as
1264 pessoas trocarem a caixa d'água. ISABELA – se eles quiserem indenização, foi o que
1265 conversamos no grupo tem morador que quer mudar, eles todos vão receber indenização isso
1266 está além. No PAS não está previsto isso, vai além. Essa questão da indenização é algo a mais
1267 que o MP conseguiu negociar para eles. Tem várias questões que o MP conseguiu que não tem
1268 no PAS, inclusive a formação da cooperativa, dá um dinheiro para o caixa da cooperativa até se
1269 estabelecer, vai muito além do que estava previsto no PAS, mas que é muito positivo. ADRIANA
1270 – mais aí no que compete ao CEAS, por exemplo, eu entendi que o acordo que foi apresentado
1271 aqui teria um acompanhamento do CEAS no cumprimento ou não? Ou assunto agora é só entre
1272 o Ministério Público e Candonga. Enquanto ao CEAS, PAS é esse que está posto e pronto
1273 acabou. Os demais é direito com o Ministério Público. ISABELA – o nosso monitoramento vai se
1274 encerrar junto como encerramento do PAS, esse acordo eles trouxeram para termos ciência, já
1275 que o CEAS fez parte do processo e tudo. SÉRGIO – bem minha gente, mais alguma coisa?
1276 Então vamos encerrar essa plenária faltando à apreciação das contas do terceiro trimestre que a
1277 comissão de orçamento já fez, mas por falta de quórum acho que não faz sentido apresentar
1278 hoje aqui, porque não vai ser aprovada. MILA – aí a aprovação fica só para fevereiro então? Vai
1279 juntar com a outra então? SÉRGIO – É. Aprovamos as duas. Feliz Natal, Ano Novo bom pra
1280 todos até fevereiro então agora. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que
1281 após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Nome	Entidade /Orgão	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND/MG	

Sérgio Sampaio Bezerra	Fed.APAEs	
Shirley Aparecida Moreira da Silva	CMAS/Sarzedo	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Adriane Cristina Domiciani R. Rosa	CRED	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS/S.Francisco de Paula	
Mila Magalhães Ribeiro	SEPLAG	
Adriana Rocha	SEAPA	
Guilhermina Catarina Teixeira Torga	SEF	
Marcos Vinícius Dias Nunes	FETAEMG	

1282